

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MARCELLE FLORA OLIVEIRA

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO:  
AS ALTERAÇÕES NO PROCESSO DE CONVERGÊNCIA AOS PADRÕES  
INTERNACIONAIS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO/RJ

2019

MARCELLE FLORA OLIVEIRA

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO:  
AS ALTERAÇÕES NO PROCESSO DE CONVERGÊNCIA AOS PADRÕES  
INTERNACIONAIS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Marcos Roberto Pinto

RIO DE JANEIRO/RJ

2019

O48n Oliveira, Marcelle Flora  
Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público: as alterações no processo de convergência aos padrões internacionais na cidade do Rio de Janeiro / Marcelle Flora Oliveira. -- Rio de Janeiro, 2019.  
64 f.

Orientador: Marcos Roberto Pinto.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Bacharel em Ciências Contábeis, 2019.

1. Convergência aos padrões internacionais. 2. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. 3. Contabilidade pública. 4. Contabilidade do município do Rio de Janeiro. 5. Enfoque no controle patrimonial. I. Pinto, Marcos Roberto, orient. II. Título.

MARCELLE FLORA OLIVEIRA

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO:  
AS ALTERAÇÕES NO PROCESSO DE CONVERGÊNCIA AOS PADRÕES  
INTERNACIONAIS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovada em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Banca Examinadora:

---

Marcos Roberto Pinto (Professor Orientador)

---

Professor Examinador 1

---

Professor Examinador 2

RIO DE JANEIRO/RJ

2019

Dedico este trabalho a meus familiares e amigos que sempre estiveram ao meu lado, especialmente a minha mãe, que mesmo não estando mais entre nós, ainda segue muito presente.

## RESUMO

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou em 2008 as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, visando a convergência aos padrões internacionais de contabilidade. Além disso, as NBCASP também resultam em uma mudança do enfoque contábil, que antes centrado no controle orçamentário, passa a focar no controle patrimonial. Neste contexto, o objetivo desta pesquisa foi identificar as alterações que as novas resoluções acarretaram na contabilidade das entidades do setor público, analisando especificamente as demonstrações contábeis da cidade do Rio de Janeiro para verificar a convergência aos padrões internacionais de contabilidade e identificar o impacto que as mudanças causaram na mensuração do patrimônio do município. A metodologia utilizada neste trabalho foi uma pesquisa descritiva em uma abordagem qualitativa, com coletas de dados de estudo documental, em um estudo de caso no qual foram analisadas as prestações de contas completas da cidade do Rio de Janeiro do ano de 2009 ao ano de 2017. O desenvolvimento deste trabalho levou a conclusão de que o município aderiu as novas resoluções e enfoque contábil passou a ser no controle patrimonial.

**Palavras-chave:** Contabilidade Pública; Convergência; NBCASP

## **ABSTRACT**

The Brazilian Federal Council Accounting (CFC) published in 2008 the Brazilian Accounting Norms applied to the Public Sector – NBCASP, aiming the convergence to international accounting standards. Furthermore, the NBCASP also results in a change in the accounting approach, which, before focusing on budgetary control, is now focused on the asset control. On this context, the objective of this research was to identify the changes that the new resolutions caused in the accounting of public sector entities, specifically analyzing the financial statements of Rio de Janeiro city to verify the convergence to international accounting standards and identify the impact that these changes have caused on the municipality patrimony measurement. The methodology used on this study was a descriptive research based in a qualitative approach, with data collection of documentary study, in a case study where the complete accounts of the Rio de Janeiro city were analyzed, from 2009 to 2017. The development of this research led to the conclusion that the municipality adhered the new resolutions and the accounting approach is now based on the asset control.

**Key Words:** Public Accounting; Convergence; NBCASP

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA.....	9
1.2 O PROBLEMA DA PESQUISA .....	10
1.3 OBJETIVOS .....	10
1.3.1 Objetivo Geral .....	10
1.3.2 Objetivos Específicos .....	10
1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	10
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>11</b>
2.1 NBC T 16.1 – CONCEITUAÇÃO, OBJETO E CAMPO DE APLICAÇÃO.....	12
2.2 NBC T 16.2 – PATRIMÔNIO E SISTEMAS CONTÁBEIS .....	13
2.3 NBC T 16.3 – PLANEJAMENTO E SEUS INSTRUMENTOS SOB O ENFOQUE CONTÁBIL .....	13
2.4 NBC T 16.4 – TRANSAÇÕES NO SETOR PÚBLICO.....	13
2.5 NBC T 16.5 – REGISTRO CONTÁBIL .....	14
2.6 NBC T 16.6 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	15
2.7 NBC T 16.7 – CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	17
2.8 NBC T 16.8 – CONTROLE INTERNO.....	18
2.9 NBC T 16.9 – DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO.....	18
2.10 NBC T 16.10 – AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS EM ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO .....	18
2.11 NBC T 16.11 – SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE CUSTOS DO SETOR PÚBLICO.....	19

<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>21</b>
3.1 METODOLOGIA DO ESTUDO DE CASO .....	21
<b>4 ESTUDO DE CASO .....</b>	<b>23</b>
4.1 BALANÇO PATRIMONIAL .....	23
4.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS .....	24
4.3 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA .....	25
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>27</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>28</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>31</b>

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA

A principal finalidade da contabilidade é coletar, registrar, resumir, analisar e relatar, em termos monetários, informações acerca dos negócios das organizações. (ALMEIDA, 2010, p.1)

Já a Contabilidade Pública pode ser definida como “o ramo da Ciência Contábil que controla o patrimônio público, evidenciando as variações e os consequentes resultados, inclusive sociais, decorrentes dos atos e fatos de natureza orçamentária, financeira e patrimonial nas entidades de Administração Pública.” (BEZERRA FILHO, 2008, p.133)

A uniformização dos procedimentos contábeis é necessária, pois é de extrema importância que as demonstrações sejam de fácil entendimento, mesmo que elaboradas em países com contextos diferentes.

Desta forma, a Contabilidade Internacional visa a padronização das normas para que seja possível uma homogeneidade nas informações contábeis. Para tanto é necessário que ocorra um processo de convergência das normas locais aos padrões internacionais de contabilidade.

No Brasil, a convergência iniciou-se pela contabilidade privada, porém em 2008 foram aprovadas as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP)

A atratividade dos investimentos no setor público acarretou a exigência de demonstrações contábeis que possam ser entendidas em qualquer lugar, mesmo em países com contextos diferentes daquele no qual a publicação contábil foi produzida. Além disso, a padronização permite que as contas públicas sejam comparadas, viabilizando a avaliação e a análise da política fiscal dos países, especialmente no que se refere ao desempenho do governo.

A convergência aos padrões internacionais também acarreta uma mudança no enfoque contábil que, antes centrado no controle orçamentário, passa para um controle patrimonial. Desta forma, a contabilidade pública brasileira se aproxima do

seu objetivo principal que é o patrimônio, conforme estabelece o Princípio da Entidade.

Assim, esta pesquisa se justifica pela atualidade do assunto, visto que as entidades públicas ainda estão se adaptando às novas resoluções e é necessário mensurar o efeito dessas mudanças.

## 1.2 O PROBLEMA DA PESQUISA

Qual o impacto que a Contabilidade Pública sofreu com a aprovação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público?

Como as entidades públicas se adaptaram às novas resoluções?

Como a adequação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público afetou o controle patrimonial da cidade do Rio de Janeiro?

## 1.3 OBJETIVOS

### 1.3.1 Objetivo Geral

Analisar a influência da convergências às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público na contabilidade das entidades públicas.

### 1.3.2 Objetivos Específicos

- Coletar as informações contábeis do município do Rio de Janeiro;
- Avaliar a aderência da contabilidade da cidade do Rio de Janeiro às novas resoluções;
- Examinar como a aferição do patrimônio público da cidade do Rio de Janeiro foi afetada com a implementação das novas resoluções.

## 1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O trabalho será feito buscando as informações sobre a Contabilidade Pública da cidade do Rio de Janeiro, no período de 2009 até 2017.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Do ponto de vista legal, o trabalho se baseará nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Além delas, as informações também serão colhidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

Os dados também serão colhidos em livros, revistas especializadas, pesquisas acadêmicas e monografias que discorrem sobre o tema.

O documento legal que rege a contabilidade pública brasileira é a Lei nº4320/64, que afirma em seu artigo 85 que “os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros”. Porém, o enfoque da contabilidade pública sempre foi o controle orçamentário, fugindo assim do principal objeto da contabilidade, que é o patrimônio.

Entretanto, com o aumento da globalização torna-se cada vez mais necessário que as demonstrações contábeis das organizações públicas e privadas sejam padronizadas de forma que possam ser entendidas em qualquer lugar do mundo, para que desta forma as negociações entre países sejam facilitadas.

Assim, o processo de convergência da contabilidade brasileira para as normas internacionais foi iniciado. Primeiramente com a contabilidade privada, e em 2008, com a contabilidade pública com a criação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Desta forma, além da padronização, as NBCASP também possibilita a contabilidade pública a aproximação ao real objetivo da contabilidade, que é o controle patrimonial.

As Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público versam sobre os tópicos relacionados no quadro 1.

Numeração	CFC Resolução	Norma
NBC T 16.1	1.128/08	Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação
NBC T 16.2	1.129/08	Patrimônio e Sistemas Contábeis
NBC T 16.3	1.130/08	Planejamento e seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil
NBC T 16.4	1.131/08	Transações no Setor Público
NBC T 16.5	1.132/08	Registro Contábil
NBC T 16.6	1.133/08	Demonstrações Contábeis
NBC T 16.7	1.134/08	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.8	1.135/08	Controle Interno
NBC T 16.9	1.136/08	Depreciação, Amortização e Exaustão
NBC T 16.10	1.137/08	Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público
NBC T 16.11	1.366/11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Quadro 1 – Relação das Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público. Fonte: Confeccionado a partir das informações do CFC

São apresentadas a seguir um breve resumo sobre as normas que compõem as NBC T 16 e as alterações que elas trouxeram.

## 2.1 NBC T 16.1 - CONCEITUAÇÃO, OBJETO E CAMPO DE APLICAÇÃO

A NBC T 16.1 dispõe sobre a conceituação, objeto e o campo de aplicação.

Esta norma estabelece que o objeto da contabilidade pública é o patrimônio das entidades do setor público, que podemos entender como o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, produzidos, recebidos ou utilizados pelas entidades públicas. Esses direitos e bens representam benefícios presentes ou futuros, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações (LIMA; SANTANA; GUEDES, 2009, p.16).

Com esta resolução o enfoque contábil, que antes era centrado no orçamento, passa a dar ênfase no patrimônio.

## 2.2 NBC T 16.2 - PATRIMÔNIO E SISTEMAS CONTÁBEIS

Esta norma estabelece a conceituação de patrimônio e a classificação dos elementos patrimoniais sob o enfoque contábil, além de determinar o conceito de sistemas de informação contábil para as entidades públicas.

O sistema contábil público era composto pelos subsistemas orçamentário, patrimonial, financeiro e de compensação. Com a NBC T 16.2 exclui-se o subsistema financeiro, e se adiciona o subsistema de custos.

A criação do subsistema de Custos é uma inovação, por que ele coleta, processa e apura os custos da gestão de políticas públicas, produzindo relatórios que auxiliam a otimização dos recursos públicos (DARÓS E PEREIRA, 2009, p.4).

## 2.3 NBC T 16.3 - PLANEJAMENTO E SEUS INSTRUMENTOS SOB O ENFOQUE CONTÁBIL

A NBC T 16.3 estabelece as bases para o controle contábil do planejamento desenvolvido pelo setor público, expressos nos planos hierarquicamente interligados, que são: Plano Plurianual (PPA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); e Lei Orçamentária Anual (LOA).

Com esta norma há uma ampliação do controle contábil sobre os instrumentos de planejamento, que permite evidenciar a execução orçamentária anual (LOA) e acompanhar o cumprimento das metas estratégicas contidas no PPA. Ela também permite a comparação de metas programadas com as realizadas, no qual as diferenças relevantes são evidenciadas por meio de notas explicativas. Desta forma, a norma contribui para a tomada de decisões e também para a instrumentalização do controle social, que passa a ser analisado em dois níveis, a coerência e a aderência (CRCRS, 2014, p.18-19).

## 2.4 NBC T 16.4 - TRANSAÇÕES NO SETOR PÚBLICO

Esta norma estabelece os conceitos, natureza e tipicidades das transações no setor público. As transações públicas são os atos e os fatos que provocam alterações qualitativas ou quantitativas, efetivas ou potenciais, no patrimônio das entidades

públicas, sendo objeto de registro contábil em observância aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade.

Esta norma classifica a natureza das transações a econômico-financeira, que corresponde a transações que afetam o patrimônio público em decorrência, ou não, da execução do orçamento público; e a administrativa, que são as transações que não afetam o patrimônio público, porque são originadas de atos administrativos que têm como objetivo o cumprimento das metas programadas (DARÓS E PEREIRA, 2009, p.5).

Já o conceito de variação patrimonial é definido como as transações que promovem alterações aumentativas ou diminutivas nos elementos patrimoniais da entidade do setor público. As variações patrimoniais são classificadas em quantitativas e qualitativas. As variações patrimoniais quantitativas são aquelas que afetam o patrimônio líquido, e devem manter correlação com as respectivas contas patrimoniais. Já as variações patrimoniais qualitativas são aquelas que alteram a composição dos elementos patrimoniais, mas não afetam o patrimônio líquido. A vinculação entre as contas de resultado e patrimoniais deve permitir a identificação dos efeitos nas contas patrimoniais produzidas pela movimentação das contas de resultado (CRCRS, 2014, p.20).

## 2.5 NBC T 16.5 - REGISTRO CONTÁBIL

Define os critérios para o registro contábil dos atos e dos fatos que afetam ou que podem afetar o patrimônio das entidades públicas.

Essa norma salienta a importância da integridade dos registros, no qual a entidade pública deve manter procedimentos uniformes de registros contábeis, sejam eles manuais, mecanizados ou eletrônicos. Também deve seguir a ordem cronológica rigorosamente, para dar suporte às informações (SIU, 2010, p.18).

O sistema de informação contábil deve ser refletido em um plano de contas que compreenda:

- Terminologia de todas as contas e sua adequada codificação, além da identificação do subsistema a que pertence;

- A função atribuída a cada conta;
- O funcionamento das contas;
- A utilização do método das partidas dobradas em todos os registros dos atos e dos fatos que afetam ou possam vir afetar o patrimônio público;
- Contas específicas que possibilitam a apuração dos custos;
- Tabela de codificação de registros que identifique o tipo de transação, as contas envolvidas, a movimentação a débito e a crédito e os subsistemas utilizados.

A NBCASP destaca que as transações no setor público devem ser reconhecidas e registradas integralmente quando ocorrem, de acordo com o Princípio Fundamental de Contabilidade da Oportunidade. Os registros contábeis devem ser declarados nas demonstrações do exercício em que eles ocorreram, sendo reconhecidos pelos respectivos fatos geradores, independentemente do momento da execução orçamentária. Assim, o foco que antes era orçamentário, passa a ter uma visão patrimonial, que evidencia a totalidade dos atos e fatos, orçamentários e extraorçamentários, previstos ou não em legislação, de modo que as alterações no patrimônio da entidade sejam evidenciadas, prevalecendo assim a essência da Ciência Contábil (DARÓS E PEREIRA, 2009, p.6).

## 2.6 NBC T 16.6 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Esta norma estabelece as demonstrações contábeis a serem elaboradas e divulgadas pelas entidades do setor público.

A Lei 4320/64 determina em seu artigo 101 os demonstrativos contábeis obrigatórios para as entidades públicas, sendo eles: Balanço Patrimonial; Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; e a Demonstração das Variações Patrimoniais.

De acordo com as definições do Grupo de Trabalho do CFC responsável pela criação das NBC T, a Contabilidade Pública tem como meta captar, acumular, registrar e interpretar fenômenos que afetam a situação orçamentária, financeira e patrimonial das entidades que a compõem. As exigências das novas resoluções vieram para

suprir uma carência que existia na elaboração das demonstrações contábeis (SOARES; SCARPIN, 2010, p.33).

As NBCASP instituiu duas novas demonstrações contábeis: Demonstração dos Fluxos de Caixa Demonstração do Resultado Econômico. Destaca-se também a elaboração de Notas Explicativas, como complementação das demonstrações contábeis (NASCIMENTO et al, 2015, p.6).

A Demonstração do Fluxo de Caixa possibilita a projeção de cenários de cenários de fluxos futuros de caixa e a elaboração de análise sobre mudanças da capacidade de manutenção do financiamento dos serviços públicos, permitindo assim um melhor gerenciamento e controle financeiro das entidades públicas (CRCRS, 2014, p.28).

A NBC T 16.6 determina que a Demonstração do Fluxo de Caixa evidencie as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos:

- Atividades operacionais - os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento;
- Atividades de financiamento - os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos;
- Atividades de investimento - os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza.

Outra alteração é a definição de novos procedimentos para a estruturação do Balanço Patrimonial. A classificação dos componentes patrimoniais passa a ser dividida em circulante e não circulante; as contas do ativo são dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade, enquanto as contas do passivo são dispostas em ordem decrescente de grau de exigibilidade. A partir da sua análise, obtém-se a informação do resultado patrimonial do exercício, mais o resultado

patrimonial acumulado nos exercícios anteriores, que deve ser evidenciado separadamente (CRCRS, 2014, p.25-26).

## 2.7 NBC T 16.7 - CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A NBC T 16.7 estabelece os conceitos, a abrangência e os procedimentos para a consolidação das demonstrações contábeis das entidades públicas.

Esta norma determina que as demonstrações contábeis consolidadas tem como finalidade o conhecimento e a disponibilização de macroagregados do setor público, a visão global do resultado e a instrumentalização do controle social. Está profundamente ligado ao IPSAS 6, pois tem como um dos objetivos centrais colocar à disposição dos usuários informações contábeis transparentes e que possam ser comparadas e compreendidas pelos usuários da contabilidade, independentemente de sua origem e localização. (SIU, 2010, p.19).

Os procedimentos a serem seguidos para a consolidação também são definidos.

É importante salientar que os ajustes e as eliminações devem ser realizados em documentos auxiliares, sem originar nenhum tipo de lançamento na escrituração das entidades que formam a unidade contábil. Além disso, as demonstrações contábeis consolidadas devem ser complementadas por notas explicativas, no qual é necessário que contenham: a identificação e características das entidades do setor público; os procedimentos adotados na consolidação; a natureza e valores dos ajustes efetuados; e os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que sejam relevantes às demonstrações contábeis consolidadas (DARÓS E PEREIRA, 2009, p.8).

Para fins da NBCASP, devem ser consideradas as relações de dependência entre as entidades do setor público.

## 2.8 NBC T 16.8 - CONTROLE INTERNO

A NBC T 16.8 define as bases para o controle interno, objetivando a minimização dos riscos e a efetivação das informações contábeis, para que assim contribua para o alcance dos objetivos da entidade pública.

Esta norma estabelece que o controle interno deve ser exercido em todos os níveis da entidade do setor público, compreendendo: (a) a preservação do patrimônio público; (b) o controle da execução das ações que integram os programas; (c) a observância às leis, aos regulamentos e às diretrizes estabelecidas. Ela também determina referências para o controle interno como suporte do sistema de informação contábil, para que os riscos sejam minimizados e para que as informações da contabilidade sejam efetivadas, contribuindo assim para o alcance dos objetivos da entidade pública (MACÊDO; KLANN, 2013, p.262).

## 2.9 NBC T 16.9 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO

A NBC T 16.9 determina os critérios e procedimentos para o registro contábil de depreciação, amortização e exaustão.

A depreciação, amortização e exaustão só eram calculados mediante a alienação do bem, quando eram instaurada uma comissão para proceder com a avaliação do bem.

Com a nova resolução, o valor depreciado, amortizado ou exaurido dos ativos tangíveis e intangíveis deve ser apurado e registrado mensalmente, e deve ser reconhecido até que valor líquido contábil se iguale ao valor residual. Além disso, o valor residual e o valor econômico devem ser avaliados no mínimo ao final de cada exercício (DARÓS E PEREIRA, 2009, p.9).

## 2.10 NBC T 16.10 - AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS EM ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO

A NBC T 16.10 determina os critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades públicas.

Os critérios de avaliação e mensuração são separadas de acordo com os seguintes grupos: disponibilidades, créditos e dívidas, estoques, investimentos permanentes, imobilizado, intangível e diferido.

Esta norma apresenta um avanço em relação ao método de avaliação empregado para o Ativo Imobilizado, pois estabelece que bens de uso comum (ruas, estradas, parques, praças, entre outros) devem ser incluídos no Ativo Não Circulante da entidade responsável pela sua administração ou controle. A mensuração desses bens deve ser efetuada, sempre que possível, ao valor de aquisição ou ao valor de produção e construção (LIMA; SANTANA; GUEDES, 2009, p.19).

Uma contribuição que esta norma traz são os critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável.

Ela possibilita o fornecimento de uma informação mais precisas sobre a real posição patrimonial de uma entidade do setor público, mostrando as reavaliações que devem ser feitas na data de encerramento do Balanço Patrimonial, e se o método a ser utilizado será o valor justo ou o valor de mercado. As reavaliações devem ser feitas pelo menos: (a) anualmente, para as contas ou grupo de contas cujos valores de mercado venham a variar, significativamente, em relação aos valores anteriormente registrados; e (b) a cada quatro anos, para as demais contas ou grupos de contas (SIU, 2010, p.20).

## 2.11 NBC T 16.11 - SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE CUSTOS DO SETOR PÚBLICO

Esta Norma estabelece a conceituação, o objeto, os objetivos e as regras básicas para mensuração e evidenciação dos custos das entidades públicas, apresentado como o Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP).

A NBC T 16.11 determina as definições, características e formas de evidenciação da informação de custos. Ela também estabelece como fazer a apuração dos custos; a implantação e integração do subsistema de custos aos demais sistemas contábeis; a obrigatoriedade e a responsabilidade pelas informações. O objetivo do subsistema é a realização do registro, do processamento e da evidenciação dos custos dos bens e serviços, conforme determina a NBC T 16.2 - Patrimônio e Sistemas

Contábeis. O objeto de custo deverá ser a unidade foco (serviços, produtos, programas, atividades, ações) que se deseja fazer a mensuração e a avaliação dos custos (CRCRS, 2014, p.48).

Os serviços públicos devem ser identificados, medidos e relatados em sistema projetado para gerenciamento de custos dos serviços públicos. O SICSP é obrigatório em todas as entidades do setor público.

### **3 METODOLOGIA**

O método utilizado no presente estudo foi o de pesquisa descritiva em uma abordagem qualitativa, com a finalidade de examinar a capacidade de adaptação do governo da cidade do Rio de Janeiro às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

A coleta de dados foi um estudo documental, no qual foram analisados as demonstrações contábeis da cidade do Rio de Janeiro, no período de 2009 a 2017, que foram retiradas do site oficial do governo do município.

Também foi feita uma revisão bibliográfica, utilizando trabalhos dos autores Darós e Pereira (2009); Lima, Santana e Guedes (2009), Bezerra Filho (2010), entre outros. Além disso, foram utilizadas pesquisas acadêmicas e monografias que foram realizadas entre 2009 e 2015 e que tratam sobre a convergência da contabilidade pública brasileira aos padrões internacionais.

Desta forma, pretende-se verificar a influência da Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público na contabilidade do município do Rio de Janeiro.

#### **3.1 METODOLOGIA DO ESTUDO DE CASO**

O objetivo da pesquisa a ser realizada é analisar a aderência das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público na cidade do Rio de Janeiro e verificar o impacto que elas causaram na aferição do patrimônio do município.

O método escolhido para esta pesquisa foi a análise documental das prestações de contas completas da cidade do Rio de Janeiro, do ano de 2009 ao ano de 2017, que foram retirados do site do governo do município.

O Balanço Patrimonial da Administração Direta e as Demonstração das Variações Patrimoniais da Administração Direta foram examinadas para verificar se as mudanças exigidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público foram adotadas, e se sim, como isso influenciou na mensuração do patrimônio do

município. Também foi apurado se o município do Rio de Janeiro implementou a Demonstração do Fluxo de Caixa e como essa demonstração foi elaborada.

Desta maneira, conseguimos averiguar a convergência às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e como ela foi implementada.

## 4 ESTUDO DE CASO

Quando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público foram publicadas em 2008, o prazo previsto para a aderência às normas internacionais era até 2012. Entretanto, com a edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o novo cronograma prevê a convergência total até 2021.

Neste estudo de caso, analisaremos como o município do Rio de Janeiro aderiu as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, tomando como base a prestação de contas dos anos de 2009 a 2017.

### 4.1 BALANÇO PATRIMONIAL

Com a convergência aos padrões internacionais, o enfoque que antes era no controle orçamentário, passa a ser focado no controle patrimonial. Para isto, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público implementaram mudanças na classificação das contas patrimoniais.

Até o exercício de 2013, o município do Rio de Janeiro classificava as contas do Balanço Patrimonial em Financeiro, Permanente e Compensado. A partir do exercício de 2014 as contas patrimoniais passam a ser classificadas em Circulante e Não Circulante.

Entretanto, os Ativos e Passivos Financeiro, Permanente e Compensado ainda são mostrados em um quadro a parte.

As contas também foram reorganizadas de acordo com o grau de conversibilidade e exigibilidade. Ou seja, os ativos são organizados de acordo com a rapidez em que eles podem ser convertidos em dinheiro. Já os passivos são organizados de acordo com o prazo de vencimento das obrigações.

Dessa forma contas como Estoque, que se encontravam na categoria Permanente, passam a se apresentar no Ativo Circulante.

Bens como softwares, marcas, direitos e patentes começam a ser mensurados como Ativos do município do Rio de Janeiro. Assim, a conta Intangível passa a integrar o Balanço Patrimonial, o que causa um aumento nos ativos do município.

Por sua vez, contas como Empréstimos e Financiamentos que se encontravam somente no Passivo Permanente, passam a figurar tanto no Passivo Circulante, quanto no Passivo Não Circulante, de acordo com o prazo de exigibilidade.

Já o Patrimônio Líquido, que antes apenas apresentava o resultado do exercício atual, começa a apresentar o resultado dos exercícios anteriores. Além disso, as contas de Ajuste de Avaliação Patrimonial e de Reserva de Lucros também são incluídas.

Com a publicação das normas, o cálculo mensal da Depreciação, Amortização e Exaustão de Ativos passaram a ser exigidas. Entretanto, o município do Rio de Janeiro já realizava esses cálculos antes mesmos de serem obrigatórios, assim esta exigência não impactou a contabilização do patrimônio do município.

Todavia, após a mudança nas classificações das contas patrimoniais, o valor da amortização e da depreciação acumulada, que antes eram mostradas explicitamente no Balanço Patrimonial, são ocultadas do mesmo, e são mencionadas apenas nas notas explicativas.

## 4.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Segundo a NBC T 16.4 as Transações no Setor Público são os atos e os fatos que geram alterações no patrimônio da entidade. Essas alterações podem ser qualitativas ou quantitativas.

As Variações Patrimoniais Qualitativas alteram os elementos patrimoniais, mas não afetam o valor do Patrimônio Líquido. Já as Variações Patrimoniais Quantitativas alteram o valor do Patrimônio Líquido, aumentando-o ou diminuindo-o.

Antes da convergência para as normas internacionais, a Demonstração das Variações Patrimoniais separava as contas em Variações Ativas, que eram as

transações que aumentavam o valor do Patrimônio Público, e Variações Passivas, que eram as contas que diminuían o valor do Patrimônio Público.

Como no Balanço Patrimonial, era necessário que a conta de Variações Ativas tivesse o mesmo total que conta de Variação Passiva, demonstrando assim que os valores foram auferidos corretamente.

Com a publicação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, a nomenclatura da conta de Variações Ativas muda para Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas; Já a nomenclatura da conta de Variações Passivas muda para Variações Patrimoniais Quantitativas Diminutivas.

O saldo da conta de Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas é confrontado com o saldo da conta de Variações Patrimoniais Quantitativas Diminutivas, chegando-se ao Resultado Patrimonial do Período.

Outra modificação que a aderência às normas ocasionou foi a identificação das Variações Patrimoniais Qualitativas. As transações que alteram os elementos patrimoniais, mas não afetam o valor do Patrimônio Líquido, não eram apresentadas na Demonstração de Variação Patrimonial. Com a convergência, elas passam a ser mostradas.

#### 4.3 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

As Demonstrações Contábeis exigidas pela lei 4320/64 são o Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e a Demonstração de Variações Patrimoniais. Com a edição das normas, mais duas demonstrações passam a ser obrigatórias: a Demonstração do Resultado Econômico e a Demonstração do Fluxo de Caixa.

Até o exercício de 2014, o município do Rio de Janeiro só apresentava um demonstrativo de Disponibilidade de Caixa. Esse demonstrativo continua sendo elaborado, mas a partir do exercício de 2015 o município passou a apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa.

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a Demonstração do Fluxo de Caixa permite analisar a capacidade da entidade pública de gerar caixa e equivalentes de caixa, além de mostrar a utilização dos recursos próprios e de terceiros.

A Demonstração de Fluxo de Caixa das entidades públicas é feito pelo método direto. Ela é composta por: quadro principal; quadro de receitas derivadas e originárias; quadro de transferências recebidas e concedidas; quadro de desembolsos de pessoal e demais despesas por função; e quadro de juros e encargos de dívida.

As movimentações que ocorrem no caixa e equivalentes de caixa podem ser de três tipos: fluxo de caixa das atividades operacionais, fluxo de caixa das atividades de financiamento, e fluxo de caixa das atividades de investimento.

O fluxo de caixa das atividades operacionais compreende a entrada e saída de recursos que custeiam a entidade pública. O fluxo de caixa das atividades de financiamento são os recursos captados ou quitados de empréstimos e financiamentos contraídos. Por fim, o fluxo de caixa das atividades de investimento são relacionados com a aquisição ou alienação de bens, e também o recebimento em espécie de liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos.

A implementação da Demonstração de Fluxo de Caixa é importante pois com ela é possível verificar como a gestão influencia na disponibilidade da entidade, permitindo que sejam feitas mudanças na administração para garantir a capacidade de pagamento do município.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2008 o Conselho Federal de Contabilidade publicou as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, visando a convergência para os padrões internacionais. Assim, as demonstrações contábeis das entidades públicas podem ser entendidas em diferentes países, facilitando as chances de investimento.

Com a publicação das novas resoluções, o foco que era no orçamento, passa a ser no patrimônio.

O presente artigo teve como proposta verificar se a cidade do Rio de Janeiro aderiu a NBCASP e analisar as mudanças que ocorreram na mensuração do patrimônio do município.

Através da análise do Balanço Patrimonial, foi constatado que a contabilidade aderiu as mudanças, pois as contas do Ativo e do Passivo começaram a ser classificadas em Circulante e Não Circulante, além de serem organizadas de acordo com o grau de conversibilidade e exigibilidade.

Por outro lado, exigências como a contabilização de Depreciação, Amortização e Exaustão, não tiveram grande impacto na elaboração das demonstrações contábeis, porque essas contas já eram mensuradas anteriormente.

A Demonstração de Variações Patrimoniais também foi analisada, detectando-se que as contas começaram a ser classificadas em Variações Quantitativas Aumentativas e Variações Quantitativas Diminutivas. Além disso, as Variações Qualitativas começaram a ser evidenciadas.

Por fim, foi verificado que a contabilidade do município do Rio de Janeiro começou a elaborar a Demonstração de Fluxo de Caixa, permitindo assim que as disponibilidades da entidade pública fossem identificadas com mais facilidade.

Infere-se que, no que tange a mensuração do patrimônio, a contabilidade do município do Rio de Janeiro aderiu as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, mudando o foco orçamentário para o patrimonial.

## REFERÊNCIAS

SOARES, Maurélio; SCARPIN, Jorge Eduardo. **A Convergência da Contabilidade Pública Nacional às Normas Internacionais e os Impactos na Aplicação da DRE na Administração Direta**. Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC – Florianópolis, v. 9, n. 27, p. 25-42, ago/nov 2010.

NASCIMENTO, J. O. et al. **A Nova Contabilidade aplicada ao Setor Público: uma mudança de Paradigma, a Contabilidade não mais vista exclusivamente pelo enfoque Orçamentário e Financeiro**. In: Congresso de Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2015, Santa Catarina. Anais... Santa Catarina: UFSC, 2015. Disponível em: <[http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso\\_internacional/anais/6CCF/80\\_16.pdf](http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso_internacional/anais/6CCF/80_16.pdf)>. Acesso em: 06 nov. 2018

DÁROS, Leandro Luís; PEREIRA, Adriano de Souza. **Análise das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas Ao Setor Público – NBCASP: Mudanças e Desafios Para A Contabilidade Pública**. In: 9º Congresso da Universidade de São Paulo de Controladoria e Contabilidade – USP, 2009, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2009. Disponível em: <<https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos92009/467.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2018

MACÊDO, Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro; KLANN, Roberto Carlos. **Análise das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP): Um Estudo nas Unidades da Federação do Brasil**. Revista Ambiente Contábil. UFRN – Natal, RN. v. 6. n. 1, p. 253 – 272, jan./jun. 2014.

ARRUDA, Leonardo Garcia Pais. **As Alterações Geradas Pela Aprovação das Normas Brasileiras de Contabilidade Para o Setor Público (NBC T 16)**. In: 7ª Mostra Acadêmica – UNIMEP, 2009, Piracicaba. Anais... Piracicaba: UNIMEP, 2009. Disponível em:

<<http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/7mostra/4/290.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2018

LIMA, Diana Vaz; SANTANA, Cláudio Moreira; GUEDES, Marianne Antunes. **As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e a Legislação Contábil Pública Brasileira: Uma Análise Comparativa à Luz da Teoria Contábil.** Contabilidade, Gestão e Governança. Brasília, v. 12, n. 2, p. 15 - 23, mai/ago 2009.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade pública: teoria, técnica de elaboração de balanços e questões.** 3ª edição. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Curso Básico de Contabilidade.** 6ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

SIU, Marx Chi Kong. **Fortalecimento da Contabilidade Governamental a partir das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.** Revista Brasileira de Contabilidade. Rio de Janeiro, v.39, n.181, p.15-25, jan/fev 2010.

BRASIL. **LEI No 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.** Da Lei do Orçamento, Brasília, DF, mar 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4320.htm)>. Acesso em: 11 nov. 2018.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.** Partes Geral, I, II, III, IV e V. 7ª edição. Brasília. 2017. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/mcasep>>. Acesso em: 15 out. 2018.

SISTEMA DE BIBLIOTECA E INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Manual para Elaboração e Normalização de Trabalhos de Conclusão de Curso.** 3ª edição. Rio de Janeiro: SiBI, 2011. Disponível em: <<https://www.sibi.ufrj.br/index.php/manuais-e-publicacoes>>. Acesso em: 15 out. 2018

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público sob a Ótica das IPSAS: um Estudo Comparativo.** 2ª edição. Porto Alegre: CRCRS, 2014

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público**. Disponível em: <<http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/uuid/dDocName%3A1486007>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T 16**. Disponível em: <[http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Setor\\_P%C3%BAblico.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Setor_P%C3%BAblico.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2018.

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. **Prestação de Contas Completa 2009-2017**. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/cgm/exibeconteudo?id=4200347>>. Acesso em: 15 out. 2018.

**ANEXOS**

## ANEXO A - BALANÇO PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA 2009

- Balanço Patrimonial da Administração Direta  
2009

Annex 14 de Lei 4.388/04	ATIVO		PASSIVO		(em R\$)
	DEZEMBRO/2009	DEZEMBRO/2009	DEZEMBRO/2009	DEZEMBRO/2009	DEZEMBRO/2009
<b>FINANCEIRO</b>	<b>1.542.813.748,85</b>	<b>3.331.423.458,03</b>	<b>FINANCEIRO</b>	<b>1.593.578.283,17</b>	<b>1.679.562.751,28</b>
Disponível	657.249.120,99	1.798.819.463,14	Depósitos	309.376.220,29	458.871.075,01
Tesouraria	52.567.841,46	57.898.342,75	Notas de Repasse a Pagar	139.209.584,65	152.467.103,56
Bancos Conta Movimento	95.522.940,52	11.428.215,41	Outras Operações	297.959.434,45	92.027,67
Aplicações Financeiras	489.874.519,76	1.655.256.569,32	Reservas Provisórias	988.298.773,00	988.298.773,00
Renda Bancária	53.854.679,27	54.236.325,66	Reservas a Pagar não Processadas	446.424.326,50	450.132.872,74
<b>Receitas Variáveis</b>	<b>629.181.932,16</b>	<b>1.342.397.801,13</b>			
Bancos Conta Movimento	79.783.882,53	17.809.423,42			
Aplicações Financeiras	749.398.049,63	1.324.588.377,71			
<b>Realizável</b>	<b>144.983.666,78</b>	<b>308.308.963,76</b>			
Contas a Receber	156.895.330,48	191.034.864,66			
Depósitos e Garantias	3.677.797,74	204.841,60			
Outras Créditos e Valores a Receber	4.203.216,13	4.208.198,69			
<b>Créditos Tributários</b>	<b>24.833.828.189,93</b>	<b>28.128.289.889,88</b>			
<b>PERMANENTE</b>	<b>22.729.206.119,06</b>	<b>25.922.914.024,77</b>	<b>PERMANENTE</b>	<b>9.844.916.194,34</b>	<b>7.887.347.129,98</b>
Créditos do Município	10.435.689,99	10.435.689,99	Depósitos Especiais e Longo Prazo	219.803.000,00	295.097.288,56
Créditos do Estado	73.359.714,46	118.230.310,00	Respostas e Financiamentos	7.501.716.943,21	6.895.510.689,25
Em Prestações e Financiamentos Concedidos	106.307.226,51	96.787.310,64	Processos	34.199.548,00	39.303.176,00
Cartões, Créditos e Valores a Receber	1.716.621.962,51	1.734.903.760,02	Procedimentos	45.073.487,45	92.579.368,33
Investimentos	895.012.342,81	187.470.150,71	Outras Operações	953.073.706,28	103.047.648,52
Bens Imóveis	469.527.229,68	483.694.587,21	<b>PATRIMÔNIO</b>	<b>17.228.465.372,95</b>	<b>22.164.763.560,07</b>
Bens Móveis	6219.791.232,94	328.741.321,43	Saldo Patrimonial	17.228.465.372,95	22.164.763.560,07
Intangíveis	7.499.221,18	8.572.245,40			
(1) Amortização Acumulada	(6.327.581,66)	(4.655.525,64)			
<b>COMPENSADO</b>	<b>1.380.359.382,18</b>	<b>1.308.467.486,58</b>	<b>COMPENSADO</b>	<b>1.386.298.302,18</b>	<b>1.496.667.484,63</b>
Responsabilidades por Valores, Títulos e Bens	440.265.110,83	508.484.104,43	Contrapartida de Responsabilidades por Valores, Títulos e Bens	540.769.110,63	598.884.104,43
Responsabilidades Contratuais	94.269,99	94.969,99	Contrapartida de Responsabilidades Contratuais	94.369,99	94.369,99
Responsabilidades por Riscos e Contingências	921.054.002,06	1.203.006.245,10	Contrapartida de Responsabilidades por Riscos e Contingências	931.824.824,76	1.283.006.245,10
Difusos Créditos de Bens e Valores	8.820.791,90	8.182.774,98	Contrapartida de Outros Créditos de Bens e Valores	8.820.791,90	8.892.774,98
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>37.838.761.316,68</b>	<b>39.362.161.863,21</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>37.838.761.316,68</b>	<b>39.362.161.863,21</b>

## ANEXO B - BALANÇO PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA 2010

- Balanço Patrimonial da Administração Direta  
2010

	DEZEMBRO/2009	DEZEMBRO/2010	PASSIVO	DEZEMBRO/2009	DEZEMBRO/2010
<b>ATIVO</b>			<b>FINANCEIRO</b>		
FINANCEIRO	3.311.423.459,03	4.967.003.639,29	Depósitos	2.854.591.503,76	2.128.969.266,72
Disponível	1.780.819.463,14	53.074.249,71	Notas de Recebíveis a Pagar	53.074.249,71	485.071.375,01
Tesouraria	57.868.342,75	70.040.656,46	Outras Obrigações	2.724.401.233,16	152.407.303,56
Bancos Corréis Movimento	11.428.215,41	37.304.567,43	Reservas a Pagar Provisórias	1.469.884.451,33	52.027,67
Aplicações Financeiras	1.025.256.509,32	135.100.432,62	Reservas a Pagar não Provisórias	1.764.728.119,31	688.258.773,00
Rede Bancária	56.236.335,06	1.764.728.119,31		460.132.872,74	0,00
Reservas Vinculadas	1.342.997.091,13	162.427.699,30			608.302.024,10
Bancos Corréis Movimento	17.608.422,42	148.722.747,64			442.081.537,46
Aplicações Financeiras	1.324.588.578,71	20.025.465,65			
Realizável	289.206.993,76	4.130.310,67			
Contas a Receber	191.034.684,68	26.581.715.309,37	<b>PERMANENTE</b>		
Outras Cédulas e Valores a Receber	204.841,68	20.247.815.276,36	Depósitos Especiais a Longo Prazo	7.607.347.125,66	9.123.966.222,29
Créditos Tributários	12.759.291,53	14.854.613.114,03	Emprestimos e Financiamentos	295.007.206,50	565.779.273,29
	4.208.195,58	0,00	Provisões	8.645.510.640,26	4.177.753.868,54
<b>PERMANENTE</b>	28.120.299.999,68	10.434.702,62	Previdência	29.302.176,00	41.010.523,00
Créditos do Município	25.922.014.694,77	35.153.540,60	Outras Obrigação	92.579.360,33	199.936.084,55
(1) Provisão do Fundo de Desenv. Ativo	19.000,00	116.865.217,25	<b>PATRIMÔNIO</b>	22.164.703.590,07	29.297.764.372,55
Adiantamentos Concedidos	10.435.599,59	690.053.650,09	Saldo Patrimonial	22.164.703.590,07	29.297.764.372,55
Emprestimos e Financiamentos Concedidos	1.187.730.310,08	326.129.549,85			
Outras Cédulas e Valores a Receber	86.579.308,85	10.304.230,69	<b>COMPENSADO</b>		
Almoxarifados	96.797.310,64	17.528.229,89	Contrapartida de Responsabilidades por Valores, Tributos e Bens	1.600.467.694,50	3.261.096.391,77
Investimentos	1.734.863.780,05	625.741.321,51	Contrapartida de Responsabilidades Contratadas	505.454.104,43	677.430.448,50
Bens Imóveis	62.470.350,71	18.605.637,63	Contrapartida de Responsabilidades por Riscos e Contingências	94.369,99	94.369,99
Bens Móveis	455.344.321,41	10.304.230,69	Contrapartida de Outros Contratos de Bens e Valores	1.283.076.245,10	0,00
Imobilizado	8.871.548,45	0,00		8.852.774,98	2.583.571.574,98
(1) Amortização Acumulada	16.605.637,63	3.261.096.391,77	<b>TOTAL GERAL</b>	33.252.169.952,21	34.809.815.247,33
<b>COMPENSADO</b>	1.810.447.494,59	877.630.449,40			
Responsabilidades por Valores, Tributos e Bens	508.454.104,43	94.369,99			
Responsabilidades Contratadas	94.369,99	0,00			
Responsabilidades por Riscos e Contingências	1.283.076.245,10	2.583.571.574,98			
Outros Contratos de Bens e Valores	8.852.774,98	34.809.815.247,33			
<b>TOTAL GERAL</b>	33.252.169.952,21	34.809.815.247,33			

ANEXO B - BALANÇO PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA 2010

## ANEXO C - BALANÇO PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA 2011

## - Balanço Patrimonial da Administração Direta 2011

Anexo 14 da Lei 4.300/64		DEZEMBRO/2010		DEZEMBRO/2011		DEZEMBRO/2010		DEZEMBRO/2011	
ATIVO		DEZEMBRO/2010		DEZEMBRO/2011		DEZEMBRO/2010		DEZEMBRO/2011	
<b>FINANCEIRO</b>		4.967.003.636,28	4.538.788.782,69	4.538.788.782,69	4.538.788.782,69	3.126.849.286,72	3.468.645.877,80	3.126.849.286,72	3.468.645.877,80
Disponível		2.664.591.883,76	2.592.328.499,56	2.592.328.499,56	2.592.328.499,56	538.309.535,23	501.224.521,21	538.309.535,23	501.224.521,21
Terceridade		53.074.349,71	79.099.867,11	79.099.867,11	79.099.867,11	238.188.143,84	217.474.684,22	238.188.143,84	217.474.684,22
Bancos Conta Movimento		30.000.856,46	94.459.377,43	94.459.377,43	94.459.377,43	968.392.034,19	1.173.064.488,63	968.392.034,19	1.173.064.488,63
Aplicações Financeiras		2.734.461.230,16	2.356.375.439,73	2.356.375.439,73	2.356.375.439,73	442.081.537,46	517.012.093,34	442.081.537,46	517.012.093,34
Rédu Bancário		57.995.667,49	51.895.036,18	51.895.036,18	51.895.036,18				
Reservas Constituídas		1.069.004.551,33	1.798.714.342,35	1.798.714.342,35	1.798.714.342,35				
Bancos Conta Movimento		135.156.432,52	118.077.265,83	118.077.265,83	118.077.265,83				
Aplicações Financeiras		1.764.728.119,31	1.079.037.076,52	1.079.037.076,52	1.079.037.076,52				
Realizável		193.137.880,30	149.746.940,69	149.746.940,69	149.746.940,69				
Contas a Receber		148.722.747,64	120.535.021,24	120.535.021,24	120.535.021,24				
Depósitos e Garantias		248.336,24	200.000,55	200.000,55	200.000,55				
Dúvidas Créditos a Valorizar a Receber		29.025.485,65	15.787.503,23	15.787.503,23	15.787.503,23				
Créditos Tributários		4.130.810,67	4.130.810,67	4.130.810,67	4.130.810,67				
<b>PERMANENTE</b>		26.588.715.320,37	33.429.094.899,35	33.429.094.899,35	33.429.094.899,35	8.123.885.232,29	9.467.374.180,64	8.123.885.232,29	9.467.374.180,64
Creditos do Município		29.247.815.276,36	32.963.754.990,37	32.963.754.990,37	32.963.754.990,37	8.023.779.273,29	9.102.058.175,46	8.023.779.273,29	9.102.058.175,46
(-) Provisão e Pagos de Dívida Ativa		(4.864.613.514,02)	(4.864.613.514,02)	(4.864.613.514,02)	(4.864.613.514,02)	6.177.531.898,56	6.755.702.569,86	6.177.531.898,56	6.755.702.569,86
Emprestimos e Financiamentos Concedidos		70.434.702,62	10.436.532,69	10.436.532,69	10.436.532,69	41.010.523,90	40.271.116,00	41.010.523,90	40.271.116,00
Dúvidas Créditos a Valorizar a Receber		78.153.540,80	89.628.770,00	89.628.770,00	89.628.770,00	108.936.984,55	72.869.891,11	108.936.984,55	72.869.891,11
Estoque		104.879.204,39	186.886.051,42	186.886.051,42	186.886.051,42	210.564.572,89	9.072.495,59	210.564.572,89	9.072.495,59
Investimentos		116.968.217,25	3.193.275.231,05	3.193.275.231,05	3.193.275.231,05	28.287.764.372,55	26.613.663.783,71	28.287.764.372,55	26.613.663.783,71
Bens Imóveis		1.747.802.790,95	1.761.471.180,95	1.761.471.180,95	1.761.471.180,95				
Demonstração Acumulada		(99.653.650,99)	(116.734.286,11)	(116.734.286,11)	(116.734.286,11)				
Bens Móveis		532.159.614,36	969.484.919,82	969.484.919,82	969.484.919,82				
(-) Depreciação Acumulada		(276.799.490,80)	(296.919.352,13)	(296.919.352,13)	(296.919.352,13)				
Intangíveis		10.201.233,69	16.471.165,11	16.471.165,11	16.471.165,11				
(-) Amortização Acumulada		(7.329.492,23)	(8.000.090,90)	(8.000.090,90)	(8.000.090,90)				
<b>COMPENSADO</b>		3.361.096.391,77	1.375.031.885,60	1.375.031.885,60	1.375.031.885,60	3.261.896.391,77	1.375.031.885,60	3.261.896.391,77	1.375.031.885,60
Responsabilidades por Valores, Tributos e Bens		677.430.448,90	1.366.070.352,66	1.366.070.352,66	1.366.070.352,66	677.430.448,90	1.366.070.352,66	677.430.448,90	1.366.070.352,66
Responsabilidades Contruadas		34.369,99	94.369,99	94.369,99	94.369,99	94.369,99	94.369,99	94.369,99	94.369,99
Dúvidas Créditos de Bens e Valores		2.683.571.674,96	8.887.812,96	8.887.812,96	8.887.812,96	2.583.571.674,96	8.887.812,96	2.583.571.674,96	8.887.812,96
<b>TOTAL GERAL</b>		34.899.815.247,03	38.344.915.477,55	38.344.915.477,55	38.344.915.477,55	34.899.815.247,03	38.344.915.477,55	34.899.815.247,03	38.344.915.477,55

## ANEXO D - BALANÇO PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA 2012

- Balanço Patrimonial da Administração Direta  
2012

Anexo 18 da Lei 4.220/64		DEZEMBRO/2012 (Em R\$)	
ATIVO	DEZEMBRO/2011	DEZEMBRO/2011	DEZEMBRO/2012
<b>FINANCEIRO</b>	4.530.789.762,60	4.065.873.272,28	2.784.437.625,77
Disponível	2.562.228.499,56	1.923.060.545,43	561.204.821,21
Tesouraria	79.669.007,11	142.000.055,10	217.474.864,22
Bancos e Conta Movimento	94.459.577,48	215.739,48	420.465.762,40
Aplicações Financeiras	2.300.379.420,70	1.774.379.100,00	1.372.220.013,82
Fundo Bancária	31.890.025,10	45.495,99	477.197.769,24
Recursos Vinculados	1.796.714.342,36	1.857.061.398,24	
Bancos e Conta Movimento	118.877.265,89	11.195.636,32	
Aplicações Financeiras	1.679.837.076,52	1.845.865.821,92	
Realizável	149.746.940,89	245.992.467,89	
Contas a Receber	129.829.831,24	215.635.088,07	
Depositos e Garantias	200.006,56	493.220,14	
Outros Créditos e Valores a Receber	19.787.903,23	29.862.719,71	
Créditos Tributários	4.130.810,67	4.130.810,67	
<b>PERMANENTE</b>	33.438.094.069,36	35.445.023.457,90	10.425.428.096,61
Créditos do Município	22.983.764.060,37	27.048.480.794,94	719.035.469,46
(-) Provisão p/ Perda de Dívidas Ativas	(4.894.613.014,02)	(5.968.470.693,45)	8.563.294.000,76
Emprestimos e Financiamentos Concedidos	10.428.832,88	10.436.832,88	40.271.118,60
Outros Créditos e Valores a Receber	39.876.770,00	151.894.265,00	84.438.876,77
Reservas	168.868.081,42	145.877.645,39	72.000.881,11
Investimentos	3.192.275.221,08	3.192.817.737,08	9.288.562,94
Bens Intangíveis	1.791.471.590,00	1.791.590.794,80	26.073.663.788,71
(-) 15.714.288,11)	(15.714.288,11)	(132.374.648,23)	20.015.863.793,71
Depreciação Acumulada	669.464.013,82	691.108.192,98	26.301.328.709,36
Bens Móveis	(285.813.822,32)	(325.620.260,40)	
(-) Depreciação Acumulada	10.471.925,11	11.709.691,68	
Intangíveis	(8.000.000,00)	(8.153.655,27)	
(-) Amortização Acumulada			
<b>COMPENSADO</b>	1.375.021.695,00	2.996.162.019,08	2.996.162.019,08
Responsabilidades por Valores, Títulos e Bens	1.969.070.302,00	1.000.028.146,70	1.000.028.146,70
Responsabilidades Contratuais	64.300,00	64.300,00	1.327.266.659,37
Outros Contos de Bens e Valores	8.807.012,00	8.807.012,00	8.807.012,00
<b>TOTAL GERAL</b>	38.344.815.477,25	42.267.376.449,24	42.267.376.449,24
<b>PASSIVO</b>			
<b>FINANCEIRO</b>		2.466.846.877,60	2.784.437.625,77
Depósitos		810.269.175,46	508.564.080,31
Notas de Recebíveis a Pagar		8.756.702.096,86	420.465.762,40
Restos a Pagar Processados		40.271.118,60	1.372.220.013,82
Restos a Pagar não Processados		72.000.881,11	477.197.769,24
		9.072.456,19	9.288.562,94
<b>PERMANENTE</b>		9.467.374.190,64	10.425.428.096,61
Depositos Especiais a Longo Prazo		810.269.175,46	719.035.469,46
Emprestimos e Financiamentos		8.756.702.096,86	8.563.294.000,76
Provisões		40.271.118,60	40.271.118,60
Previdências		72.000.881,11	84.438.876,77
Outros Obrigações		9.072.456,19	9.288.562,94
<b>PATRIMÔNIO</b>		26.073.663.788,71	26.301.328.709,36
Saldo Patrimonial		26.073.663.788,71	26.301.328.709,36
<b>COMPENSADO</b>		1.375.021.695,00	2.996.162.019,08
Contrapartida de Responsabilidades por Valores, Títulos e Bens		1.969.070.302,00	1.000.028.146,70
Contrapartida de Responsabilidades Contratuais		64.300,00	1.327.266.659,37
Contrapartida de Outros Contos de Bens e Valores		8.807.012,00	8.807.012,00
<b>TOTAL GERAL</b>		38.344.815.477,25	42.267.376.449,24

## ANEXO E - BALANÇO PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA 2013

• Balanço Patrimonial da Administração Direta  
2013

	DEZEMBRO/2012	DEZEMBRO/2013	DEZEMBRO/2012	DEZEMBRO/2013	DEZEMBRO/2012	DEZEMBRO/2013
	2.784.837.623,77	3.303.775.698,30	2.316.802.402,88	3.303.775.698,30	2.784.837.623,77	3.303.775.698,30
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>			
<b>FINANCEIRO</b>			<b>FINANCEIRO</b>			
Disponível	4.065.673.972,24	1.909.914.687,63	Depósitos	522.594.002,31	612.003.002,36	571.563.396,18
Tesouraria	1.593.662.146,43	221.723.323,23	Notas de Recebíveis a Pagar	438.485.702,40	20.205.095,34	794.628.351,37
Bancos	142.005.095,10	215.795,49	Reservas a Pagar Processadas	1.372.200.013,62	1.040.228.044,99	947.688.700,77
Bancos Com Movimento	215.795,49		Reservas a Pagar não Processadas	477.157.759,28	12.051.630,07	
Aplicações Financeiras	1.774.379.000,00	45.405.991,20				
Radios Eletrônicos	45.405.991,20					
<b>Recursos Vinculados</b>	1.097.691.308,24	1.899.603.309,08				
Bancos	11.145.536,32	18.078.873,62				
Bancos Com Movimento	1.845.859.821,02	1.848.073.427,59				
Aplicações Financeiras	344.592.487,96	634.287.608,76				
Reservado	215.055.026,07	106.717.261,47				
Contas a Receber	465.226,14	621.026,20				
Débitos a Garantir	25.342.716,71	24.666.983,45				
Outros Créditos e Valores a Receber	4.130.710,07	4.130.710,07				
<b>PERMANENTE</b>	25.465.500.487,90	22.190.561.599,79	<b>PERMANENTE</b>	10.125.428.096,01	11.625.607.125,96	719.000.244,49
Créditos do Município	37.049.440.794,94	33.650.951.703,80	Depósitos Especiais a Longo Prazo	718.039.493,45		10.695.051.735,03
(-) Provisões/ Fundo de Reserva	(15.568.479.630,45)	(15.938.479.630,45)	Empréstimos e Financiamentos	0.565.264.038,75		117.279.126,98
Emprestimos e Financiamentos Concedidos	10.480.963,09	50.032.807,92	Previdência	80.433.879,77		144.726.433,23
Outros Créditos e Valores a Receber	151.894.907,00	190.054.513,12	Previdência	54.387.091,40		9.479.811,25
Subsequente	145.577.408,38	201.056.068,00	Outras Obrigações	9.298.202,64		22.129.869.331,47
Investimentos	2.192.617.737,08	1.652.005.725,29	<b>PATRIMÔNIO</b>	26.381.328.708,26		
Bens Intangíveis	1.769.800.794,00	1.769.800.028,70	Saldo Patrimonial	20.811.328.708,26		
Bens Móveis	113.274.942,22	149.025.592,35				
Bens Imóveis	591.126.903,86	654.643.942,98				
(-) Depreciação Acumulada	(538.620.390,40)	(662.307.600,77)				
(-) Amortização Acumulada	(11.704.861,00)	12.307.322,88				
(-) Amortização Acumulada	(8.100.000,27)	(9.237.706,35)				
<b>COMPENSAÇÃO</b>	2.696.182.816,08	3.241.208.214,95	<b>COMPENSAÇÃO</b>	2.996.182.816,08	3.241.208.214,95	
Responsabilidades por Valores, Tributos e Bens	1.050.025.146,76	1.001.000.212,79	Contribuição de Responsabilidades por Valores, Tributos e Bens	1.000.025.146,76	1.001.000.212,79	
Responsabilidades Contratuais	1.327.209.692,37	1.159.005.098,09	Contribuição de Responsabilidades Contratuais	1.327.209.692,37	1.159.005.098,09	
Responsabilidades por Tributos e Contingências		50.984.166,73	Contribuição de Responsabilidades por Tributos e Contingências		50.984.166,73	
Outros Contratos de Bens e Valores	8.987.012,95	8.987.012,95	Contribuição de Outros Contratos de Bens e Valores	8.987.012,95	8.987.012,95	
<b>TOTAL GERAL</b>	42.207.270.449,24	39.343.548.094,64	<b>TOTAL GERAL</b>	42.207.270.449,24	39.343.548.094,64	

Anexo 14 de Lei 4.320/64

## ANEXO F - BALANÇO PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA 2014

- Balanço Patrimonial da Administração Direta  
2014

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Anterior
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.286.827.986,04		Obrigações Trabalhistas, Prev. e Aposentadorias a Pagar a Curto Prazo	3.626.671.802,20
Creditos Realizáveis a Curto Prazo	3.995.050.775,23		Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	514.557.593,96
Ativo Ativo Tributário	1.253.720.892,58		Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	472.551.840,61
Obrigações e Passivos a Receber	1.234.239.609,91		Obrigações Financeiras a Curto Prazo	1.421.840.824,59
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	823.160.351,05		Demais Obrigações a Curto Prazo	1.036.555.212,42
Estoques	187.679.755,17			
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	
Ativo Realizável a Longo Prazo	24.626.468.987,48		Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	12.868.832.280,98
Créditos de Longo Prazo	28.486.729.874,78		Fornecedores a Longo Prazo	12.111.888.567,09
Dívida Ativa Tributária	27.812.594.545,41		Provisões a Longo Prazo	19.269.580,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	33.755.929.408,19		Demais Obrigações a Longo Prazo	49.049.522,99
(+) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	55.232.170,65			716.724.650,88
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	(5.989.476.633,43)			
	1.672.044.725,35			
Investimentos	814.883.681,87			
Participações Permanentes	514.383.581,57			
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	591.545.113,67			
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	33.239.465,30			
<b>Imobilizado</b>			<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>18.492.584.086,18</b>
Bens Móveis	4.718.705.054,95			
Bens Imóveis	330.377.320,83		<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	
Bens Intangíveis	4.388.487.724,12		<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	
Intangível	8.080.585,78		Resultados Acumulados	Exercício Atual
Softwares	6.080.385,78		Resultados do Exercício	24.310.678.998,34
			Resultados de Exercícios Anteriores	22.129.868.311,47
			Ajustes de Exercícios Anteriores	230.020.361,44
			<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>24.702.678.329,34</b>
<b>TOTAL</b>	<b>41.125.080.362,50</b>		<b>TOTAL</b>	<b>41.125.080.362,50</b>

ANEXO G - BALANÇO PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA 2015

Balanço Patrimonial da Administração Direta 2015

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	5.036.569.145,48	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	3.823.871.892,29
Caixa e Equivalente de Caixa	3.259.377.047,80	Contas a Receber e Avaliações a Pagar a Curto Prazo	814.387.880,82
Crédito Realizável a Curto Prazo	684.910.852,28	Provisões e Provisões a Curto Prazo	472.251.620,61
Crédito Irrealizável a Receber	0,00	Formações e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.431.025.520,24
Divida Alvo Trilobado	327.611.455,44	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	22.542.624,00
Crédito Alvo Não Trilobado - Crédito	0,00	Reservas a Curto Prazo	0,00
Crédito de Transferência a Receber	94.229.095,92	Demais Contas a Curto Prazo	1.274.473.036,12
Emprestimo e Financiamentos Condições	0,00	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	12.893.332.236,94
(-) Alote de Rendas de Caixa a Curto Prazo	0,00	Emprestimo e Financiamentos a Longo Prazo	16.798.288.077,86
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	1.204.033.987,18	Formações a Longo Prazo	18.051.241.011,26
Investimento e Avaliações Temporárias a Longo Prazo	0,00	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	12.826.561,18
Reservas	128.831.278,31	Provisões a Longo Prazo	0,00
Variações Patrimoniais Derivadas Pagas Antecipadamente	0,00	Provisões a Longo Prazo	33.421.286,10
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	43.126.366.036,08	Demais Contas a Longo Prazo	42.449.522,28
Ativo Realizável a Longo Prazo	34.482.112.428,48	Reservado (2010)	1.542.590.457,42
Crédito a Longo Prazo	32.164.231.632,22		0,00
Crédito	0,00	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	16.427.864.632,16
Crédito Realizável a Receber	0,00		
Divida Alvo Trilobado	36.301.233.873,13	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	
Divida Alvo Não Trilobado	0,00	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Exercício Atual</b>
Emprestimo e Financiamentos Condições	0,00	Patrimônio Social e Capital Social	0,00
(-) Alote de Rendas de Caixa a Longo Prazo	0,00	Alocamento para Custos Aumento Capital	0,00
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00	Reservas de Capital	0,00
Investimentos e Avaliações Temporárias a Longo Prazo	0,00	Reservas de Avaliação Patrimoniais	0,00
Reservas	0,00	Reservas de Lucros	0,00
Variações Patrimoniais Derivadas Pagas Antecipadamente	0,00	Demais Reservas	0,00
Participações em outras	693.344.628,39	Resultado do Exercício	31.817.437.882,48
Participações em outras pelo Método de Equivalência Proporcional	612.264.021,13	Resultado de Exercícios Anteriores	0,706.264.366,07
Participações em outras pelo Método de Custo	81.080.607,26	Ajustes de Exercícios Anteriores	24.702.576.309,54
Participações para Investimento	33.236.000,00	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	526.277.014,82
Demais Investimentos	0,00		0,00
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	43.126.366.036,08	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	24.702.576.309,54
<b>TOTAL</b>	48.203.433.911,82	<b>TOTAL</b>	48.203.433.911,82



## ANEXO I - BALANÇO PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA 2017

## - Balanço Patrimonial da Administração Direta 2017

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATIVO</b>		
<b>Ativo Circulante</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.070.527.416,51	1.050.661.047,92
Créditos Realizáveis a Curto Prazo	695.291.598,04	448.697.716,50
Débito Ativo Tributário	648.256.036,88	428.206.304,54
Débitos Ativos não Realizados - Clientes	11.180.230,44	11.208.592,09
Créditos de Transferências a Receber	325.752.074,91	2.090.771,90
Débitos Créditos e Valores a Curto Prazo	1.021.174.483,07	1.113.607.823,72
Estoque	149.709.786,93	102.695.870,89
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>3.176.642.391,88</b>	<b>3.023.612.464,01</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>22.747.489.793,85</b>	<b>18.075.250.484,47</b>
Créditos de Longo Prazo	22.320.859.094,32	18.701.024.172,11
Débito Ativo Tributário	41.790.881.000,42	38.694.211.944,83
Débito Ativo não Tributário Clientes	2.459.899.308,78	2.295.793.770,35
Emprestimos e Financiamentos Concedidos	33.200.024,64	68.241.858,41
H Ajuda de Perdas de Créditos a Longo Prazo	(21.920.020.292,55)	(23.894.850.128,20)
Débitos Créditos e Valores a Longo Prazo	437.020.040,51	873.716.300,30
<b>Investimentos</b>	<b>794.196.443,81</b>	<b>498.607.489,94</b>
Participações Permanentes	794.196.443,81	498.607.489,94
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	700.910.975,33	364.136.317,85
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	93.285.468,48	66.201.752,09
<b>Intangíveis</b>	<b>11.974.481.373,29</b>	<b>11.007.386.888,57</b>
Bens Móveis	345.432.511,73	403.170.305,04
Bens Imóveis	11.200.051.261,04	10.074.223.724,89
Intangível	9.990.317,31	2.716.144,93
Software	9.915.317,31	2.716.144,93
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>36.526.942.908,98</b>	<b>38.695.887.887,94</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>39.873.635.129,21</b>	<b>34.685.905.551,92</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
<b>Passivo Circulante</b>		
Obrigações Trib. Previs. e Assistência e Pagam. a Curto Prazo	769.049.442,04	637.993.071,30
Emprestimos e Financiamentos a Curto Prazo	679.473.003,67	481.320.023,57
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.664.300.642,04	780.374.268,18
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	17.458.611,69	99.292.527,21
Débitos (Obrigações) a Curto Prazo	1.458.029.231,91	1.513.182.073,26
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>3.524.137.959,35</b>	<b>3.307.103.893,50</b>
<b>Passivo não Circulante</b>		
Obrigações Trib. Previs. e Assistência e Pagam. a Longo Prazo	11.547.116.121,70	11.945.669.062,53
Emprestimos e Financiamentos a Longo Prazo	32.294.022,01	30.730.270,19
Fornecedores a Longo Prazo	44.201.308,40	51.873.846,32
Débitos (Obrigações) a Longo Prazo	2.001.703.174,82	2.090.398.941,07
Resultado Diferido	1.041.026,84	-
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>13.596.296.437,50</b>	<b>13.596.779.886,96</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>		
Reservas Acumuladas	20.691.941.517,91	17.347.022.871,32
Reserva de Equivalência	3.033.081.080,86	1.992.311.701,49
Reserva de Equivalência Intermédios	17.247.022.971,13	37.017.427.698,03
Reserva de Equivalência Ativos	(418.642.542,01)	(12.362.716.468,88)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>20.691.941.517,91</b>	<b>17.247.022.871,32</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>39.873.635.129,21</b>	<b>34.685.905.551,92</b>











## ANEXO O - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA 2014

### - Demonstração das Variações Patrimoniais da Administração Direta 2014

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>23.696.768.678,03</b>	-
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>8.888.147.889,32</b>	-
Impostos	9.499.195.129,26	-
Taxas	386.952.510,06	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições Sociais</b>	<b>231.018.850,26</b>	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	231.018.850,26	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>219.049.113,55</b>	-
Venda de Mercadorias	-	-
Venda de Produtos	-	-
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	219.049.113,55	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>4.363.834.774,82</b>	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	142.897.475,56	-
Variações Monetárias e Cambiais	3.678.219.791,51	-
Descontos Financeiros Obtidos	4.277.644,15	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	527.715.385,33	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	525.478,37	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>7.207.708.409,80</b>	-
Transferências Intra Governamentais	-	-
Transferências Inter Governamentais	7.169.400.409,15	-
Transferências das Instituições Privadas	38.301.731,66	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	4.268,79	-
Delegações Recebidas	-	-
Transferências das Pessoas Físicas	-	-
<b>Valorização e Ganhos com Ativos</b>	<b>783.321.718,13</b>	-
Reavaliação de Ativos	327.593.714,66	-
Ganhos com Alienação	82.581.024,46	-
Ganhos com Incorporação de Ativos por Descoberta e Nascimento	373.146.979,01	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>1.016.880.072,26</b>	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	3.845.930,19	-
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	98.501.461,43	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	913.532.680,63	-

### - Demonstração das Variações Patrimoniais da Administração Direta 2014

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação de ativo	3.545.151.369,83	-
Desincorporação de passivo	373.554.345,00	-
Incorporação de passivo	1.438.788.044,23	-
Desincorporação de ativo	157.903.548,00	-

Nota - Portaria STN nº 437, de 12/07/2012 - No primeiro ano de implantação das Demonstrações Contábeis não será necessário utilizar a coluna de exercício anterior.

**ANEXO P - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DA  
ADMINISTRAÇÃO DIRETA 2015**

**- Demonstração das Variações Patrimoniais  
da Administração Direta  
2015**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>26.452.923.303,41</b>	<b>23.696.758.578,03</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>10.416.946.324,98</b>	<b>9.886.147.639,32</b>
Impostos	10.002.128.513,92	9.499.195.129,26
Taxas	414.817.811,06	386.952.510,06
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições Sociais</b>	<b>243.714.546,40</b>	<b>231.018.850,26</b>
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	243.714.546,40	231.018.850,26
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>517.546.287,42</b>	<b>219.049.113,55</b>
Venda de Mercadorias	-	-
Venda de Produtos	-	-
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	517.546.287,42	219.049.113,55
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>5.331.295.374,61</b>	<b>4.353.634.774,92</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	147.440.904,49	142.897.475,56
Variações Monetárias e Cambiais	4.629.681.526,15	3.678.218.791,51
Descontos Financeiros Obtidos	3.427.973,52	4.277.644,15
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	550.744.737,90	527.715.385,33
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	232,55	525.478,37
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>8.600.622.443,36</b>	<b>7.207.706.409,60</b>
Transferências Intra Governamentais	-	-
Transferências Inter Governamentais	8.554.775.637,38	7.169.400.409,15
Transferências das Instituições Privadas	45.846.805,98	38.301.731,66
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	4.268,79
Delegações Recebidas	-	-
Transferências das Pessoas Físicas	-	-
<b>Valorização e Ganhos com Ativos</b>	<b>378.646.623,16</b>	<b>783.321.718,13</b>
Reavaliação de Ativos	-	327.593.714,66
Ganhos com Alienação	51.017.870,97	82.581.024,46
Ganhos com Incorporação de Ativos por Descoberta e Nascimentos	327.628.752,19	373.146.979,01
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>964.151.703,48</b>	<b>1.015.880.072,25</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	2.897.050,50	3.845.930,19
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	6.444.863,87	98.501.461,43
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	954.809.789,11	913.532.680,63

**- Demonstração das Variações Patrimoniais  
da Administração Direta  
2015**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação de ativo	3.198.854.943,12	2.183.168.040,89
Desincorporação de passivo	294.054.139,78	373.564.346,89
Incorporação de passivo	1.872.072.807,43	1.635.755.066,03
Desincorporação de ativo	51.017.870,97	157.963.848,66

**ANEXO Q - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DA  
ADMINISTRAÇÃO DIRETA 2016 (1)**

**- Demonstração das Variações Patrimoniais  
da Administração Direta  
2016**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>28.809.145.999,37</b>	<b>26.452.923.303,41</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>9.482.593.960,35</b>	<b>10.416.946.324,98</b>
Impostos	9.022.356.350,96	10.002.128.513,92
Taxas	460.237.609,39	414.817.811,06
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições Sociais</b>	<b>256.288.033,92</b>	<b>243.714.546,40</b>
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	256.288.033,92	243.714.546,40
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>207.031.047,05</b>	<b>517.546.287,42</b>
Venda de Mercadorias	-	-
Venda de Produtos	-	-
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	207.031.047,05	517.546.287,42
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>8.605.329.113,10</b>	<b>5.331.295.374,61</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	167.955.842,30	147.440.904,49
Variações Monetárias e Cambiais	7.929.255.520,72	4.629.681.526,15
Descontos Financeiros Obtidos	1.468.500,06	3.427.973,52
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	506.648.715,86	550.744.737,90
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	534,16	232,55
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>8.584.073.676,85</b>	<b>8.600.622.443,36</b>
Transferências Intra Governamentais	-	-
Transferências Inter Governamentais	8.559.458.237,62	8.554.775.637,38
Transferências das Instituições Privadas	24.615.439,23	45.846.805,98
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Delegações Recebidas	-	-
Transferências das Pessoas Físicas	-	-
<b>Valorização e Ganhos com Ativos</b>	<b>500.753.861,74</b>	<b>378.646.623,16</b>
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	62.028.645,28	51.017.870,97
Ganhos com Incorporação de Ativos por Descoberta e Nascimento	438.725.216,46	327.628.752,19
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>1.173.076.306,36</b>	<b>964.151.703,48</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	59.827,12	2.897.050,50
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	66.060.609,83	6.444.863,87
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.106.955.869,41	954.809.789,11

## ANEXO R - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA 2016 (2)

### - Demonstração das Variações Patrimoniais da Administração Direta 2016

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS OBRIGATIVAS</b>	<b>26.892.861.317,33</b>	<b>29.054.038.998,94</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	3.899.451.025,90	7.092.025.340,18
Remuneração e Passos	5.993.312.571,52	5.332.527.416,86
Encargos Patronais	2.724.375.445,04	3.819.636.069,03
Benefícios e Passos	124.095.540,70	103.246.537,02
Custo de Pessoal e Encargos	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	17.666.676,62	39.216.367,26
<b>Benefícios Previdenciários</b>	994.904.179,43	945.844.019,48
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	534.157,13	793.377,43
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Excepcionais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	83.410.022,70	189.412.972,52
Outros Benefícios Previdenciários e Associações	142.211.589,78	141.439.568,64
<b>Custo de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	4.515.058.168,31	4.227.112.808,87
Uso de Material de Consumo	516.110.025,50	585.952.351,70
Serviços	3.901.015.123,31	3.563.371.749,96
Depreciação, Amortização e Desaulho	101.132.910,25	97.746.532,95
Custo de Materiais, Serviços e Consumo	-	-
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	1.390.612.616,08	2.611.812.983,80
Juros e Encargos de Grupos Financeiros e Financiamentos Ocorridos	561.035.151,49	489.656.435,73
Juros e Encargos de Juros	28.410,39	6.052.521,43
Variações Monetárias e Câmbio	818.796.369,33	2.104.850.237,62
Descontos Financeiros concedidos	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	13.778.688,87	10.656.538,97
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	7.261.609.759,57	6.566.169.049,46
Transferências Intra Governamentais	4.060.259.745,12	4.033.271.045,53
Transferências Intra Governamentais	520.219.224,95	710.606.229,54
Transferências a Instituições Privadas	2.312.108.718,90	1.816.156.172,53
Transferências a Instituições Intergovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
<b>Delegações Concedidas</b>	-	-
<b>Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	5.751.027.226,01	1.291.042.394,48
Redução a Valor Resgatável e Provisão para Perdas	3.477.029.201,00	1.152.945.425,47
Perdas com Alienação	216.530.432,03	127.226.721,16
Perdas involuntárias	444.220,67	1.308.927,60
Incorporação de Passivos	34.823.372,31	-
<b>Tributárias</b>	282.133.628,89	289.948.713,37
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	213.165,04	347.238,08
Contribuições	282.821.464,15	289.601.475,29
<b>Custo com Tributos</b>	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	476.682.653,11	613.357.337,60
Premissões	400.725,61	413.632,25
Resultado Negativo de Participações	363.618.607,34	373.208.863,07
Incertezas	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas de constituição de provisões	-	4.441.523,11
Custo de Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	212.768.141,11	263.273.616,55
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>1.332.311.781,45</b>	<b>3.790.254.546,47</b>

### - Demonstração das Variações Patrimoniais da Administração Direta 2016

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (documentos de execução orçamentária)	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação de ativo	2.232.855.026,74	3.199.654.943,12
Desincorporação de passivo	298.238.704,18	294.064.139,70
Incorporação de passivo	2.302.677.843,77	1.672.072.607,43
Desincorporação de ativo	142.528.708,76	51.017.670,97

## ANEXO S - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA 2017

### - Demonstração das Variações Patrimoniais da Administração Direta 2017

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	29.610.490.292,81	28.809.145.999,37
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>9.191.913.338,07</b>	<b>9.482.593.960,35</b>
Impostos	8.702.692.254,57	9.022.356.350,96
Taxas	489.221.083,50	460.237.609,39
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições Sociais</b>	<b>268.077.648,58</b>	<b>256.288.033,92</b>
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	268.077.648,58	256.288.033,92
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>231.947.672,98</b>	<b>207.031.047,05</b>
Venda de Mercadorias	-	-
Venda de Produtos	-	-
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	231.947.672,98	207.031.047,05
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>8.522.130.031,90</b>	<b>8.605.329.113,10</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	200.027.023,78	167.955.842,30
Variações Monetárias e Cambiais	8.083.496.582,18	7.929.255.520,72
Descontos Financeiros Obtidos	797.565,44	1.468.500,06
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	237.799.078,50	506.648.715,86
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	9.782,00	534,16
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>8.097.181.929,85</b>	<b>8.584.073.676,85</b>
Transferências Intra Governamentais	-	-
Transferências Inter Governamentais	8.068.791.204,58	8.559.458.237,62
Transferências das Instituições Privadas	28.390.725,27	24.615.439,23
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Delegações Recebidas	-	-
Transferências das Pessoas Físicas	-	-
<b>Valorização e Ganhos com Ativos</b>	<b>135.275.404,68</b>	<b>500.753.861,74</b>
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	21.853.773,43	62.028.645,28
Ganhos com Incorporação de Ativos por Descoberta e Nascimento	113.421.631,25	438.725.216,46
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>3.163.964.266,75</b>	<b>1.173.076.306,36</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	217.794.243,71	59.827,12
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	1.671.472.297,62	66.060.609,83
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.274.697.725,42	1.106.955.869,41

### - Demonstração das Variações Patrimoniais da Administração Direta 2017

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação de ativo	348.582.402,95	2.232.855.035,74
Desincorporação de passivo	453.941.101,22	266.238.704,15
Incorporação de passivo	991.036.927,38	2.302.677.143,77
Desincorporação de ativo	21.853.773,43	62.028.798,76

## ANEXO T - DISPONIBILIDADE DE CAIXA DO PODER EXECUTIVO 2009

### - Disponibilidade de Caixa - Poder Executivo 2009

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
<b>DISPONIBILIDADE FINANCEIRA</b>	<b>3.504.039.053,04</b>	<b>OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS <sup>1</sup></b>	<b>1.448.231.243,71</b>
Caixa	41.464,60	Depósitos	589.186.343,32
Bancos	117.352.114,11	Restos a Pagar Processados	714.475.827,29
Conta Movimento	99.296.478,03	Do Exercício <sup>2</sup>	699.817.391,26
Contas Vinculadas	18.055.636,08	De Exercícios Anteriores	14.658.436,01
Aplicações Financeiras	3.301.384.141,24	Restos a Pagar não Processados	144.569.073,10
Outras Disponib. Financeiras	85.261.333,09	De Exercícios Anteriores	144.569.073,10
Repasse Liberados	85.233.029,50	Outras Obrigações Financeiras	-
Repasse a Receber	-		
Outros Valores em Trânsito	28.303,59		
<b>SUBTOTAL</b>	<b>3.504.039.053,04</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.448.231.243,71</b>
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	2.055.807.809,33
<b>TOTAL</b>	<b>3.504.039.053,04</b>	<b>TOTAL</b>	<b>3.504.039.053,04</b>
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			292.671.939,05
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			1.763.135.870,28
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>			
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
<b>DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>	<b>1.863.120.349,51</b>	<b>OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO <sup>1</sup></b>	<b>248.305.233,61</b>
Caixa	-	Depósitos	57.203.167,88
Bancos	121.781.712,71	Restos a Pagar Processados	191.102.065,73
Conta Movimento	-	Do Exercício	191.102.065,73
Contas Vinculadas	121.781.712,71	De Exercícios Anteriores	-
Aplicações Financeiras	1.741.338.636,80	Restos a Pagar não Processados	-
Outras Disponibilidades Financeiras	-	De Exercícios Anteriores	-
Outros Valores em Trânsito	-	Outras Obrigações Financeiras	-
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (V)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VI)	1.614.815.115,90
<b>TOTAL</b>	<b>1.863.120.349,51</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.863.120.349,51</b>
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)			-
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII) = (VI - VII)			1.614.815.115,90
<b>DÉFICIT</b>		<b>SUPERÁVIT</b>	<b>3.377.950.986,18</b>

FONTE: Controladoria Geral do Município

Notas: <sup>1</sup> Os Valores de Obrigações Financeiras estão demonstrados líquidos de Transações Intragovernamentais exceto entre FUNPREVI e Tesouro.<sup>2</sup> O valor de Restos a Pagar Processados do Exercício refere-se ao saldo de liquidações não pagas

## ANEXO U - DISPONIBILIDADE DE CAIXA DO PODER EXECUTIVO 2010

- Disponibilidade de Caixa - Poder Executivo  
2010

RF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS TOTAL (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Fundo de Manut. e Desenvol. da Educ. Básica e Val. Prof. da Educação	217.716.323,66	160.350.793,82	57.365.529,84
Fundo Municipal de Saúde	624.164.136,00	319.483.195,18	304.680.940,82
Fundo Municipal de Assistência Social	27.081.061,34	4.043.545,17	23.038.116,17
Fundo de Conservação Ambiental	33.813.794,00	4.544.403,75	29.269.390,25
Fundo Municipal de Habitação	59.110.126,56	11.608.578,16	47.501.548,40
Fundo Especial de Iluminação Pública	23.244.698,33	-	23.244.698,33
Diversos Fundos Especiais	93.078.124,47	15.993.325,79	77.084.798,69
Licenciamento de Grupamento de Edificações	20.052.152,13	-	20.052.152,13
Salário Educação	266.666.753,64	46.202.670,88	240.465.882,76
Convênios Realizados	147.379.350,62	52.161.229,50	95.198.121,12
Multas por infração à Legislação do Trânsito	33.594.987,15	22.074.610,23	11.510.376,92
Operações de Crédito Contratuais Realizadas	42.088.003,86	24.601.998,97	17.486.004,89
Merenda Escolar	14.994.494,87	4.710.131,31	10.284.363,56
Royalties do Petróleo	52.953.097,15	25.577.173,89	27.375.923,26
Outros Recursos Vinculados	627.301.151,73	338.735.214,47	188.565.937,26
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>2.203.230.745,51</b>	<b>1.050.107.071,11</b>	<b>1.153.123.674,40</b>
Recursos Não Vinculados	3.051.497.179,14	878.063.983,16	2.173.413.195,98
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>3.051.497.179,14</b>	<b>878.063.983,16</b>	<b>2.173.413.195,98</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>5.254.727.924,65</b>	<b>1.928.191.054,29</b>	<b>3.326.536.870,36</b>
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES</b>	<b>1.688.869.226,77</b>	<b>224.817.308,55</b>	<b>1.464.051.918,22</b>

Fonte: Controladoria Geral do Município  
Nota: Cont. Portaria STN nº 462/2009 este anexo inclui as Transações Intra-Orçamentárias.

## ANEXO V - DISPONIBILIDADE DE CAIXA DO PODER EXECUTIVO 2011

### - Disponibilidade de Caixa - Poder Executivo 2011

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Fundo de Manut. e Desenvol. da Educ. Básica e Val. Prof. da Educação	185.926.800,66	170.180.728,91	15.746.071,75
Fundo Municipal de Saúde	596.382.730,00	301.351.036,94	295.031.693,06
Fundo Municipal de Assistência Social	29.502.292,51	8.486.496,74	21.035.795,77
Fundo de Conservação Ambiental	35.509.222,32	5.558.916,21	29.950.306,11
Fundo Municipal de Habitação	82.456.337,27	29.010.355,24	53.445.982,03
Fundo Especial de Iluminação Pública	32.180.130,00	20.505.905,08	11.674.224,92
Demais Fundos Especiais	124.868.589,60	18.769.901,29	106.098.688,31
Salário Educação	287.557.104,92	50.717.258,03	236.839.846,89
Convênios Realizados	133.585.918,80	30.439.670,20	103.146.248,60
Multas por Infração à Legislação do Trânsito	17.079.229,14	16.222.900,52	856.328,62
Operações de Crédito Contratuais Realizadas	97.714.812,71	67.141.180,68	30.573.632,03
Merenda Escolar	12.408.456,97	5.994.894,82	6.413.562,15
Royalties do Petróleo	70.394.638,25	49.238.328,22	21.156.310,03
Outros Recursos Vinculados	549.361.686,44	314.394.486,66	234.967.199,78
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>2.254.927.949,59</b>	<b>1.087.992.059,54</b>	<b>1.166.935.890,05</b>
Recursos Não Vinculados	2.599.031.848,60	1.071.814.053,53	1.527.217.795,07
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>2.599.031.848,60</b>	<b>1.071.814.053,53</b>	<b>1.527.217.795,07</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>4.853.959.798,19</b>	<b>2.159.806.113,07</b>	<b>2.694.153.685,12</b>
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES<sup>1</sup></b>	1.512.828.502,20	193.867.765,04	1.318.960.737,16

Fonte: Controladoria Geral do Município

Nota 1: <sup>1</sup> A Disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial;

Nota 2: De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais este anexo inclui as Transações Intra-Orçamentárias.

## ANEXO X - DISPONIBILIDADE DE CAIXA DO PODER EXECUTIVO 2012

- Disponibilidade de Caixa - Poder Executivo  
2012

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	(a)	(b)	(c) = (a - b)
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA
Fundo de Manut. e Desenvol. da Educ. Básica e Val. Prof. da Educação	189.080.594,95	154.179.590,35	34.901.004,60
Fundo Municipal de Saúde	668.087.713,86	335.195.988,15	332.891.725,71
Fundo Municipal de Assistência Social	30.462.011,20	7.307.944,02	23.154.067,18
Fundo de Conservação Ambiental	26.118.650,46	2.785.291,10	23.333.359,36
Fundo Municipal de Habitação	36.223.761,45	16.259.515,96	19.963.545,49
Fundo Especial de Iluminação Pública	41.889.813,43	16.057.680,51	25.832.132,92
Demais Fundos Especiais	156.689.387,25	15.255.477,30	141.433.909,95
Salário Educação	150.563.014,09	56.034.824,69	94.528.189,40
Convênios Realizados	234.413.689,09	101.570.365,53	132.843.323,56
Multas por Infrção à Legislação do Trânsito	46.561.180,11	34.399.158,64	12.162.021,47
Operações de Crédito Contratuais Realizadas	130.416.076,81	72.428.994,99	57.987.081,82
Merenda Escolar	16.509.249,89	9.332.809,55	7.176.440,34
Royalties do Petróleo	63.237.113,48	60.354.389,57	2.882.723,91
Outros Recursos Vinculados	482.633.161,68	231.064.486,05	251.568.675,63
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>2.272.884.817,55</b>	<b>1.112.226.616,41</b>	<b>1.160.658.201,14</b>
Recursos Não Vinculados	1.852.171.067,93	1.361.032.977,39	491.138.090,54
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>1.852.171.067,93</b>	<b>1.361.032.977,39</b>	<b>491.138.090,54</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>4.125.055.885,48</b>	<b>2.473.259.593,80</b>	<b>1.651.796.291,68</b>
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES<sup>1</sup></b>	<b>1.309.749.519,26</b>	<b>189.961.961,27</b>	<b>1.109.787.557,99</b>
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES<sup>2</sup></b>	<b>19.020,13</b>	<b>19,02</b>	<b>18,99</b>
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES<sup>3</sup></b>	<b>19,02</b>	<b>19,02</b>	<b>18,99</b>

FONTE: Sistema FINCON, Unidade Responsável: Controladoria Geral do Município, Data e hora da Emissão: 15/02/2013 10:04

Nota 1: A Disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atual.

Nota 2: De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais este anexo inclui as Transações Intra-Organizacionais.

## ANEXO W - DISPONIBILIDADE DE CAIXA DO PODER EXECUTIVO 2013

- Disponibilidade de Caixa - Poder Executivo  
2013

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Fundo de Manut. e Desenvol. da Educ.Básica e Val. Prof. da Educação	243.630.934,78	151.222.908,08	92.408.028,70
Fundo Municipal de Saúde	428.275.128,58	222.803.132,36	205.471.998,22
Fundo Municipal de Assistência Social	32.881.111,43	3.146.889,51	29.734.221,92
Fundo de Conservação Ambiental	17.143.531,13	1.723.918,70	15.419.612,43
Fundo Municipal de Habitação	46.715.044,94	24.836.404,73	21.878.640,21
Fundo Especial de Iluminação Pública	74.732.268,19	5.019.644,25	69.712.623,94
Demais Fundos Especiais	241.184.315,86	1.958.453,27	239.225.862,59
Salário Educação	213.510.978,08	18.013.646,93	194.497.331,15
Convênios Realizados	237.175.207,90	70.216.535,90	166.958.672,00
Multas por Infrção à Legislação do Trânsito	10.204.785,87	7.819.632,51	2.385.153,36
Operações de Crédito Contratuais Realizadas	140.533.039,28	107.261.253,16	33.271.788,12
Merenda Escolar	12.132.120,20	1.263.848,06	10.868.272,14
Royalties do Petróleo	70.778.354,12	8.852.728,47	62.126.625,65
Outros Recursos Vinculados	591.124.359,82	224.983.334,86	366.141.024,96
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>2.360.022.190,18</b>	<b>849.922.128,79</b>	<b>1.510.100.061,39</b>
Recursos Não Vinculados	1.629.881.052,99	608.775.923,64	720.105.129,35
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>1.629.881.052,99</b>	<b>909.775.923,64</b>	<b>720.105.129,35</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>3.989.903.243,17</b>	<b>1.759.698.052,43</b>	<b>2.230.205.190,74</b>
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES<sup>1</sup></b>	<b>1.027.755.149,25</b>	<b>228.093.361,72</b>	<b>798.661.787,53</b>

28/02/2014 17:13

FONTE: Sistema: FINCON, Unidade Responsável: Controladoria Geral do Município, Data e hora da Emissão:

Nota 1: <sup>1</sup> A Disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial;

Nota 2: De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais este anexo inclui as Transações Intra-Orçamentárias.

## ANEXO Y - DISPONIBILIDADE DE CAIXA DO PODER EXECUTIVO 2014

**- Disponibilidade de Caixa - Poder Executivo  
2014**

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Fundo de Manut. e Desenv. da Educ. Básica e de Valor. dos Profis. da Educação	274.318.752,49	188.463.118,54	85.855.633,95
Fundo Municipal de Saúde	498.317.294,47	294.885.888,83	203.431.385,64
Fundo Municipal de Assistência Social	30.042.417,27	2.250.687,58	27.791.729,43
Fundo de Conservação Ambiental	16.413.118,02	1.672.994,00	14.740.214,34
Fundo Municipal de Habitação	84.575.988,29	21.182.865,08	63.383.123,21
Fundo Especial de Iluminação Pública	120.765.095,84	38.878.432,37	81.886.663,27
Demais Fundos Especiais	156.769.877,51	26.195.078,54	140.600.706,97
Salário Educação	317.772.851,01	65.148.019,28	252.624.831,73
Convênios Realizados	371.206.089,73	118.455.109,59	252.740.980,14
Multas por Infrção à Legislação do Tráfego	20.732.923,09	17.873.376,50	2.859.546,59
Operações de Crédito Contratuais Realizadas	345.088.155,22	255.654.654,90	89.433.500,32
Merenda Escolar	4.178.738,13	124.528,69	4.054.209,44
Royalties do Petróleo	100.115.097,33	25.658.698,72	74.456.397,61
Outros Recursos Vinculados	989.822.750,46	337.502.740,06	652.320.010,40
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)</b>	<b>3.340.033.155,98</b>	<b>1.382.814.194,82</b>	<b>1.958.019.041,04</b>
Reservas não Vinculadas	1.396.041.975,35	1.052.850.037,79	303.181.937,55
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (III)</b>	<b>1.396.041.975,35</b>	<b>1.052.850.037,79</b>	<b>303.181.937,55</b>
<b>TOTAL (II) + (III)</b>	<b>4.736.075.131,01</b>	<b>2.474.874.152,81</b>	<b>2.261.200.978,69</b>
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES<sup>1</sup></b>	<b>712.085.903,54</b>	<b>282.698.259,19</b>	<b>449.426.744,44</b>

13/04/2015 16:16

FOUNTE: Sistema: FINCON, Unidade Responsável: Controlador Geral do Município, Data e Hora da Emissão:

Nota: <sup>1</sup>A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Pessso Atual.

## ANEXO Z - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA 2015 (1)

### - Demonstração dos Fluxos de Caixa da Administração Direta 2015

	Exercício Atual
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	
<b>INGRESSOS</b>	<b>18.848.888.081,88</b>
<b>RECEITAS DERIVADAS</b>	<b>11.120.100.288,88</b>
Receita Tributária	9.598.789.434,39
Receita de Contribuições	243.714.546,40
Outras Receitas Derivadas	1.277.596.318,09
<b>RECEITAS ORIGINÁRIAS</b>	<b>1.728.112.804,21</b>
Receita Patrimonial	636.508.778,51
Receita de Serviços	56.905.892,49
Outras Receitas Derivadas e Originárias	485.123.346,85
Remuneração das Disponibilidades	550.574.586,36
<b>TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>7.018.088.188,08</b>
Intergovernamentais da União	4.834.701.069,77
de Estados e Distrito Federal	2.218.088.478,02
Intragovernamentais	4.430.624,61
Outras Transferências	2.179.934.498,70
<b>OUTROS INGRESSOS</b>	<b>78.888.886,62</b>
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>22.789.888.880,87</b>
<b>PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO</b>	<b>18.212.684.638,28</b>
Legislativa	697.452.344,61
Judiciária	113.789.491,12
Administração	1.565.791.196,82
Segurança Pública	12.929.709,70
Assistência Social	405.334.282,74
Previdência Social	1.818.972,42
Saúde	2.313.099.620,79
Trabalho	8.627.204,02
Educação	4.145.406.523,92
Cultura	170.937.246,27
Direitos da Cidadania	18.405.199,37
Urbanismo	2.941.191.742,31
Habitação	309.479.847,12
Gestão Ambiental	66.360.208,38
Ciência e Tecnologia	1.739.945,06
Comércio e Serviços	10.921.766,08
Transporte	42.204.011,68
Desporto e Lazer	26.150.896,21
Encargos Especiais	360.924.330,61

## ANEXO AA - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA 2015 (2)

### - Demonstração dos Fluxos de Caixa da Administração Direta 2015

<b>JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA</b>	<b>489.680.435,72</b>
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	315.981.021,67
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	152.309.620,43
Outros Encargos da Dívida	21.389.793,62
<b>TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>8.552.581.223,25</b>
Intergovernamentais	50.179.405,21
a União	1.690.783,24
a Estados e Distrito Federal	48.488.621,97
Intragovernamentais	6.652.699.969,43
Outras Transferências	1.849.701.848,61
<b>OUTROS DESEMBOLSOS</b>	<b>545.040.782,47</b>
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>(2.852.898.898,98)</b>
<b><u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</u></b>	
<b>INGRESSOS</b>	<b>51.017.870,97</b>
Alienação de Bens	51.017.870,97
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>383.306.458,85</b>
Aquisição de Ativo não Circulante	129.976.370,23
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	253.330.088,62
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(332.288.587,88)</b>
<b><u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u></b>	
<b>INGRESSOS</b>	<b>2.714.770.435,19</b>
Operações de Crédito Internas	1.779.146.040,11
Operações de Crédito Externas	92.926.767,32
Transferências de Capital Recebidas	842.697.627,76
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>186.508.670,26</b>
Amortização da Dívida Interna	107.698.162,25
Amortização da Dívida Externa	78.810.508,01
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>2.528.261.764,93</b>
<b>APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</b>	
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(656.925.721,93)</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL</b>	<b>4.432.105.446,71</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>3.775.179.724,78</b>

## ANEXO BB - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA 2016 (1)

### - Demonstração dos Fluxos de Caixa da Administração Direta 2016

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
EXERCÍCIO: 2016		
	<u>Exercício Atual</u>	<u>Exercício Anterior</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Ingressos	20.710.308.703,40	19.848.888.081,89
Recitas derivadas e originárias	13.048.428.708,29	12.849.212.903,09
Transferências correntes recebidas	7.130.486.376,81	7.019.066.193,08
Outros Ingressos Operacionais	531.394.618,30	78.688.985,52
Desembolsos	(21.018.148.899,76)	(22.799.888.880,87)
Pessoal e demais despesas	(13.929.566.570,28)	(13.212.564.539,23)
Juros e encargos da dívida	(561.003.191,45)	(489.680.435,72)
Transferências concedidas	(6.438.159.028,30)	(8.552.581.223,25)
Outros desembolsos operacionais	(90.421.109,72)	(545.040.782,47)
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)</b>	<b>(308.840.196,36)</b>	<b>(2.852.888.898,88)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Ingressos	62.028.798,76	51.017.870,97
Alienação de bens	62.028.798,76	51.017.870,97
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	-	-
Outros Ingressos de investimentos	-	-
Desembolsos	(3.717.121.322,26)	(383.308.468,86)
Aquisição de ativo não circulante	(2.807.637.820,77)	(129.976.370,23)
Concessão de empréstimos e financiamentos	-	(253.330.088,62)
Outros desembolsos de investimentos	(909.583.501,48)	-
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)</b>	<b>(3.656.092.623,48)</b>	<b>(332.288.687,88)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Ingressos	3.137.808.403,33	2.714.770.436,18
Operações de crédito	2.302.677.143,77	1.872.072.807,43
Integralização de capital social de empresas dependentes	-	-
Transferências de capital recebidas	835.231.289,56	842.697.627,76
Outros Ingressos de financiamentos	-	-
Desembolsos	(288.238.704,15)	(188.608.870,28)
Amortização / Refinanciamento da dívida	(288.238.704,15)	(188.608.870,28)
Outros desembolsos de financiamentos	-	-
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)</b>	<b>2.871.889.728,18</b>	<b>2.628.281.764,89</b>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)</b>	<b>(1.092.282.890,88)</b>	<b>(856.826.721,83)</b>
Caixa e Equivalente de caixa inicial	3.775.179.724,78	4.432.105.446,71
Caixa e Equivalente de caixa final	2.682.916.734,12	3.775.179.724,78

## ANEXO CC - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA 2016 (2)

- Demonstração dos Fluxos de Caixa  
da Administração Direta  
2016

QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
	EXERCÍCIO: 2016	
	<u>Exercício Atual</u>	<u>Exercício Anterior</u>
<b>RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS</b>		
Receita Tributária	9.898.429.719,89	9.598.789.434,38
Receita de Contribuição	256.288.033,92	243.714.546,40
Receita Patrimonial	147.928.285,58	636.508.778,51
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	49.290.038,76	56.905.892,49
Remuneração das Disponibilidades	499.012.705,29	550.574.586,36
Outras Receitas Derivadas e Originárias	<u>2.197.479.924,85</u>	<u>1.762.719.664,94</u>
<b>Total das Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>13.048.428.708,29</b>	<b>12.849.212.803,08</b>

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
	EXERCÍCIO: 2016	
	<u>Exercício Atual</u>	<u>Exercício Anterior</u>
<b>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</b>		
Intergovernamentais:		4.834.701.069,77
da União	3.166.290.393,81	2.218.088.478,02
de Estados e Distrito Federal	2.579.170.926,39	2.616.612.591,75
de Municípios		
Intragovernamentais	5.397.727,01	4.430.624,61
Outras Transferências recebidas	<u>2.214.857.619,16</u>	<u>2.179.934.498,70</u>
<b>Total das Transferências Recebidas</b>	<b>7.985.718.888,37</b>	<b>11.863.767.282,86</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</b>		
Intergovernamentais:		(50.179.405,21)
da União	(22.200.434,63)	(1.690.783,24)
de Estados e Distrito Federal	(120.015.568,05)	(48.488.621,97)
de Municípios	-	-
Intragovernamentais	(3.999.299.039,53)	(6.652.699.969,43)
Outras Transferências concedidas	<u>(2.390.610.986,76)</u>	<u>(1.849.701.848,61)</u>
<b>Total das Transferências Concedidas</b>	<b>(8.632.888.028,87)</b>	<b>(8.602.760.828,48)</b>

## ANEXO DD - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA 2016 (3)

**- Demonstração dos Fluxos de Caixa  
da Administração Direta  
2016**

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
	EXERCÍCIO: 2016	
	<u>Exercício Atual</u>	<u>Exercício Anterior</u>
LEGISLATIVA	(794.725.388,70)	(697.452.344,61)
JUDICIÁRIA	(127.584.542,89)	(113.789.491,12)
ADMINISTRAÇÃO	(2.344.514.875,23)	(1.565.791.196,82)
SEGURANÇA PÚBLICA	(13.731.542,02)	(12.929.709,70)
ASSISTÊNCIA SOCIAL	(435.318.197,25)	(405.334.282,74)
PREVIDÊNCIA SOCIAL	(2.079.693,46)	(1.818.972,42)
SAÚDE	(2.822.824.113,13)	(2.313.099.620,79)
TRABALHO	(9.140.041,94)	(8.627.204,02)
EDUCAÇÃO	(5.762.006.539,92)	(4.145.406.523,92)
CULTURA	(185.707.447,48)	(170.937.246,27)
DIREITOS DA CIDADANIA	(17.777.938,11)	(18.405.199,37)
URBANISMO	(617.128.137,16)	(2.941.191.742,31)
HABITAÇÃO	(44.061.197,01)	(309.479.847,12)
GESTÃO AMBIENTAL	(62.566.509,96)	(66.360.208,38)
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	(1.398.203,55)	(1.739.945,06)
COMÉRCIO E SERVIÇOS	(16.785.738,60)	(10.921.766,08)
TRANSPORTE	(51.626.019,11)	(42.204.011,68)
DESPORTO E LAZER	(21.914.216,43)	(26.150.896,21)
ENCARGOS ESPECIAIS	(580.031.201,44)	(360.924.330,61)
<i>Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função</i>	<b>(13.810.821.643,38)</b>	<b>(13.212.684.638,23)</b>

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
	EXERCÍCIO: 2016	
	<u>Exercício Atual</u>	<u>Exercício Anterior</u>
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	(360.686.799,58)	(315.981.021,67)
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	(156.575.816,18)	(152.309.620,43)
Outros Encargos da Dívida	(43.740.575,69)	(21.389.793,62)
<i>Total dos Juros e Encargos da Dívida</i>	<b>(561.003.191,45)</b>	<b>(489.680.436,72)</b>

## ANEXO EE - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA 2017 (1)

**- Demonstração dos Fluxos de Caixa  
da Administração Direta  
2017**

	EXERCÍCIO: 2017	
	<u>Exercício Atual</u>	<u>Exercício Anterior</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Ingressos</b>	<b>19.222.670.904,63</b>	<b>20.710.308.703,40</b>
Receltas derivadas e originárias	12.056.170.709,09	13.048.428.708,29
Transferências correntes recebidas	7.166.500.195,54	7.130.485.376,81
Outros Ingressos Operacionais	-	531.394.618,30
<b>Desembolsos</b>	<b>(19.171.811.638,86)</b>	<b>(21.019.148.899,75)</b>
Pessoal e demais despesas	(12.992.914.689,47)	(13.929.565.570,28)
Juros e encargos da dívida	(770.986.256,25)	(561.003.191,45)
Transferências concedidas	(4.965.964.407,28)	(6.438.159.028,30)
Outros desembolsos operacionais	(441.946.285,86)	(90.421.109,72)
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)</b>	<b>50.859.265,77</b>	<b>(308.840.196,35)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Ingressos</b>	<b>21.853.773,43</b>	<b>62.028.798,76</b>
Alienação de bens	21.853.773,43	62.028.798,76
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	-	-
Outros Ingressos de investimentos	-	-
<b>Desembolsos</b>	<b>(1.176.583.959,99)</b>	<b>(3.717.121.322,25)</b>
Aquisição de ativo não circulante	(515.499.993,89)	(2.807.537.620,77)
Concessão de empréstimos e financiamentos	-	-
Outros desembolsos de investimentos	(661.083.966,10)	(909.583.501,48)
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)</b>	<b>(1.154.730.186,56)</b>	<b>(3.655.092.523,49)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>Ingressos</b>	<b>1.118.659.203,74</b>	<b>3.137.908.433,33</b>
Operações de crédito	991.036.927,38	2.302.677.143,77
Integralização de capital social de empresas dependentes	-	-
Transferências de capital recebidas	127.622.276,36	835.231.289,56
Outros Ingressos de financiamentos	-	-
<b>Desembolsos</b>	<b>(453.941.101,22)</b>	<b>(266.238.704,15)</b>
Amortização / Refinanciamento da dívida	(453.941.101,22)	(266.238.704,15)
Outros desembolsos de financiamentos	-	-
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)</b>	<b>664.718.102,52</b>	<b>2.871.669.729,18</b>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)</b>	<b>(439.152.818,27)</b>	<b>(1.052.262.990,66)</b>
Caixa e Equivalente de caixa inicial	2.682.916.734,12	3.775.179.724,78
Caixa e Equivalente de caixa final	2.243.763.915,85	2.682.916.734,12

## ANEXO FF - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA 2017 (2)

### - Demonstração dos Fluxos de Caixa da Administração Direta 2017

<b>QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS</b>		
	<b>EXERCÍCIO: 2017</b>	
	<u>Exercício Atual</u>	<u>Exercício Anterior</u>
<b>RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS</b>		
Receta Tributária	9.908.985.053,78	9.898.429.719,89
Receta de Contribuição	268.077.648,58	256.288.033,92
Receta Patrimonial	287.512.334,19	147.928.285,58
Receta Agropecuária	-	-
Receta Industrial	-	-
Receta de Serviços	37.546.559,19	49.290.038,76
Remuneração das Disponibilidades	237.800.934,93	499.012.705,29
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1.316.248.178,42	2.197.479.924,85
<b>Total das Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>12.056.170.709,09</b>	<b>13.048.428.708,29</b>

<b>QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS</b>		
	<b>EXERCÍCIO: 2017</b>	
	<u>Exercício Atual</u>	<u>Exercício Anterior</u>
<b>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</b>		
Intergovernamentais	4.992.585.217,44	5.745.461.320,20
da União	2.389.757.310,36	3.166.290.393,81
de Estados e Distrito Federal	2.602.827.907,08	2.579.170.926,39
de Municípios	-	-
Intragovernamentais	5.164.039,15	5.397.727,01
Outras Transferências recebidas	2.296.373.215,31	2.214.857.619,16
<b>Total das Transferências Recebidas</b>	<b>7.294.122.471,90</b>	<b>7.965.716.666,37</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</b>		
Intergovernamentais	(66.450.348,25)	(142.216.003,68)
da União	(810.641,14)	(22.200.434,63)
de Estados e Distrito Federal	(65.639.707,11)	(120.015.569,05)
de Municípios	-	-
Intragovernamentais	(2.730.061.157,52)	(3.999.259.039,53)
Outras Transferências concedidas	(2.169.884.615,78)	(2.390.610.986,76)
<b>Total das Transferências Concedidas</b>	<b>(4.966.396.121,55)</b>	<b>(6.532.086.029,97)</b>

## ANEXO GG - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA 2017 (3)

**- Demonstração dos Fluxos de Caixa  
da Administração Direta  
2017**

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
	EXERCÍCIO: 2017	
	<u>Exercício Atual</u>	<u>Exercício Anterior</u>
Legislativa	(828.958.133,04)	(794.725.388,70)
Judiciária	(128.445.789,53)	(127.584.542,89)
Administração	(1.996.607.977,59)	(2.344.514.875,23)
Segurança Pública	(15.026.908,56)	(13.731.542,02)
Assistência Social	(382.071.120,40)	(435.318.197,25)
Previdência Social	(88.940.132,04)	(2.079.693,46)
Saúde	(2.510.773.499,99)	(2.822.824.113,13)
Trabalho	(10.670.797,59)	(9.140.041,94)
Educação	(5.877.113.242,05)	(5.762.006.539,92)
Cultura	(109.756.370,43)	(185.707.447,48)
Direitos da Cidadania	(3.187.366,59)	(17.777.938,11)
Urbanismo	(369.980.958,15)	(617.128.137,16)
Habitação	(29.810.625,73)	(44.061.197,01)
Gestão Ambiental	(61.074.023,19)	(62.566.509,96)
Ciência e Tecnologia	(1.479.630,24)	(1.398.203,55)
Comércio e Serviços	(974.104,68)	(16.785.738,60)
Transporte	(49.972.096,81)	(51.626.019,11)
Desporto e Lazer	(6.641.508,37)	(21.914.216,43)
Encargos Especiais	(521.430.404,49)	(580.031.201,44)
<b>Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função</b>	<b>(12.992.914.689,47)</b>	<b>(13.910.921.543,39)</b>

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
	EXERCÍCIO: 2017	
	<u>Exercício Atual</u>	<u>Exercício Anterior</u>
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	(573.075.826,96)	(360.686.799,58)
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	(139.371.266,03)	(156.575.816,18)
Outros Encargos da Dívida	(58.539.163,26)	(43.740.575,69)
<b>Total dos Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>(770.986.256,25)</b>	<b>(561.003.191,45)</b>